" O ETERNO RETORNO "
UM ESTUDO SOBRE O CAMPONÊS-OPERÁRIO DO ACÚCAR

IVANI BIANCHINI HÖFLING
Socióloga

Orientadora: Profa. Dra. MARIA DE LOURDES T. B. WIENDL

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

P I R A C I C A B A
Estado de São Paulo - Brasil
Novembro - 1981

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Livros da
Divisão de Biblioteca e Documentação - PCAP/USP

Höfling, Ivani Bianchini
H712e O eterno retorno; um estudo sobre o camponês-ope
rário do açúcar. Piracicaba, 1981.
140p.

Diss.(Mestre) - ESALQ
Bibliografia.

1. Açúcar - Indústria - Trabalho 2. Boia-fria -
São Paulo (Estado) 3. Camponês - Migração - São Pau
lo (Estado) 4. Camponês - Trabalho - São Paulo (Es
tado) 5. Migração rural - São Paulo (Estado) 6. Tra
balhador rural - Migração - São Paulo (Estado) I. Es
cola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piraci
caba

CDD 331.763

"O E T E R N O R E T O R N O"
UM ESTUDO SOBRE O CAMPONÊS-OPERÁRIO DO ACÚCAR

IVANI BIANCHINI HÖFLING

Aprovada em: 17.05.1982

Comissão julgadora:

Profa. Dra. Maria de Lourdes T. B. Wiendl ESALQ/USP

Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann ESALQ/USP

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley UNICAMP

Profa. Dra. MARIA DE LOURDES T. B. WIENDL
Orientadora

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"
PLANO DE DISSERTAÇÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: SOCIOLOGIA RURAL

NÍVEL: MESTRADO

CANDIDATA: IVANI BIANCHINI HOFLING

• ORIENTADORA: PROFa. DRa. MARIA DE LOURDES T. B. WIENDL

TÍTULO: MESTRADO

P I R A C I C A B A
Estado de São Paulo - Brasil
Novembro - 1981

À minha família — Djalma,
Danilo, Rogério, Luciana e Elaine — dedico este trabalho, desculpando-me pelo imperdoável espaço de tempo em que não pude amá-los o quanto mereciam.

Agradeço profundamente:

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria de Lourdes T. B. Wiendl, pela inabalável paciência, dedicação e honestidade que manteve durante todo o tempo em que acompanhou a elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann, pelas valiosas sugestões que lapidaram as idéias aqui contidas.

À grande amiga, Maria José Ferreira de Araújo Ribeiro, pela inestimável ajuda que prestou na confecção deste estudo.

À Profa. Maria Inês Molina pelo seu apoio e comentários sempre úteis.

Ao Djalma, esposo e amigo, a quem devo a realização deste trabalho.

À Maria Beatriz Bianchini Bilac e demais companheiras que contribuíram com críticas e comentários valiosos.

Aos camponeses-operários que tiveram, ainda, forças para narrar pormenorizadamente o seu cotidiano sonbrio.

Às agroindústrias açucareiras que forneceram informações necessárias.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	vi
"CURRICULUM VITAE"	vii
RESUMO	viii
SUMMARY	x
1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	1
2. CONJUNTO DE REPRESENTAÇÕES TEÓRICAS	3
2.1. Considerações preliminares	3
2.2. Objetivos do trabalho	18
2.3. Hipóteses	19
2.4. Metodologia	21
3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA.	23
4. A PRÁTICA ECONÔMICA DO CAMPONÊS-OPERÁRIO	47
4.1. O trabalho na unidade de produção familiar.	47
4.1.1. A estrutura agrária	47
4.1.2. As relações de trabalho	52
4.2. O assalariado temporário nas usinas	67
5. REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS E PRÁTICA POLÍTICA ..	83
5.1. Considerações preliminares	83
5.2. O camponês e seu projeto de "auto-suficiên- cia".....	84
5.3. O camponês-operário do açúcar:prática polí- tica e ideológica	100
6. CONCLUSÕES	123
7. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	128
8. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	134

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela nº 1	32
Tabela nº 2	35
Tabela nº 3	43
Tabela nº 4	49
Tabela nº 5	49
Tabela nº 6	55
Tabela nº 7	59

"CURRICULUM VITAE"

1. NOME: IVANI BIANCHINI HÖFLING

DATA DE NASCIMENTO: 01.04.1939

LOCAL DE NASCIMENTO: RIO CLARO - SP

2. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA:

- a) Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS.Faculdade de Filosofia,Ciências e Letras de Rio Claro-SP,atual UNESP; conclusão em 1972.
- b) Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL realizado na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz"—ESALQ-USP-PIRACICABA,1982 — Título da tese:"O ETERNO RETORNO": um estudo sobre o camponês-operário do açúcar.

3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS JÁ DESENVOLVIDAS:

- . Professora licenciada da FACC0-FATERC,Rio Claro-SP.
- . Professora da UNIMEP, Piracicaba-SP, desde 1975.
- . Chefia do Departamento de Ciências Sociais na instituição acima mencionada. 1981/1982.
- . Ex-Vereadora,eleita em 1982.Mandato:1983/1988, Rio Claro - SP.
- . Assessoria Política à Deputada Estadual Ruth Escobar para o Interior, desde 1987.
- . Assessoria Política para a Secretária do Menor,Dra. Alda Marco Antonio,desde 1987,com estágio na Secretaria do Menor,visando a aplicação dos planos no Interior do Estado.
- . Coordenadora Projeto FONTE-MULHER, UNIMEP,Piracicaba - SP, 1988/1989.
- . Coordenadora da 1a. Jornada do CEDAW (ONU),contra a discriminação à Mulher (Interior). agosto/1987.

" O E T E R N O R E T O R N O "
UM ESTUDO SOBRE O CAMPONÊS-OPERÁRIO DO AÇÚCAR

Autora: IVANI BIANCHINI HÖFLING

Orientadora: PROFA. DRA. MARIA DE LOURDES T.B.WIENDL

RESUMO

Este trabalho procurou estudar a dupla exploração a que está sujeito o migrante sazonal: em primeiro lugar, devido à natureza do trabalho que desenvolve durante uma parte do ano, em unidades produtivas familiares da Bahia, na qualidade de "trabalhadores para o capital", produzindo apenas para sua subsistência, expropriados dos frutos de sua relação jurídica com a terra.

Em segundo lugar, na condição de "operários do açúcar" das usinas paulistas, através de seu assalariamento temporário, especificamente no período da safra que vai de maio a novembro. Esse processo tem se reproduzido iterativamente, a ponto de servir à comprovação de complementariedade existente entre o desenvolvimento do Centro-Sul e a estagnação do Nordeste, aqui representado pela Bahia. Foi possível, igualmente, compreender a migração sazonal como uma forma de viabilizar a circulação dessa mercadoria: a força de trabalho do camponês-operário do açúcar.

Ademais, procurou-se demonstrar de que forma a visão de mundo do camponês — prisioneira de sua "tradição camponesa"— (traduzida pelos laços que desenvolve com a terra e com a reprodução de sua família) esmaece a sua organização política, à medida que o contrapõe aos seus companheiros de trabalho: os assalariados do açúcar, a quem o camponês qualifica de "paulistas".

A ideologia capitalista, ao alimentar a divisão entre iguais, que o vivido do camponês lhe impõe, ratifica o seu poder hegemônico, tanto na região de origem, como na de destino.

Utilizando a concepção de WANDERLEY que analisa o camponês como um "trabalhador para o capital", a noção da heterogeneidade específica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, da migração que possibilita a existência do camponês-operário do açúcar, além do conceito marxista de ideologia e de classes sociais, tentou-se captar a luta que se processa entre capital e trabalho e a forma por que um e outro pólo dessa complexa totalidade concretiza os seus mecanismos de luta: de um lado, o capital que recria a pequena propriedade sem nenhuma autonomia econômico-financeira; e de outro, o trabalhador procurando resistir, ainda que individualmente ou em grupos, ao "cativeiro", à sua morte social: a proletarização sumária.

" O ETERNO RETORNO "
UM ESTUDO SOBRE O CAMPONÊS-OPERÁRIO DO AÇÚCAR

Autora: IVANI BIANCHINI HÖFLING

Orientadora: PROFA. DRA. MARIA DE LOURDES T.B.WIENDL

SUMMARY

This paper has sought to study the double exploration to which the seasonal migrant is subjected: firstly, due to the work it performs on productive household units in the State of Bahia during part of the year, as "workers for the capital" producing for his subsistence alone, expropriated from the gain from his relationship to the land.

In seconde place, as a "sugar-cane worker" in the State of São Paulo's sugar mills, through temporary employment on a salary basis, specifically during the crop period from May until November. This process has been iteratively repeated in such a way that it serves as an evidence for the existing complementary between the Center-South development and the Northeast stagnation, represented here by the State of Bahia. It was equally possible to understand the seasonal migration as a way to make it feasible the circulation of those goods: the peasant - sugar-cane worker's working power.

Moreover, it has been sought to show how the sight of the peasant's world — imprisoned by his "peasant tradition" — (translated into the ties he develops with his land and with the reproduction of his family) fades his political organization, as it opposes him to his fellow workers: the sugar-cane employees, whom the peasant qualifies as "Paulistas".

The capitalist ideology, by feeding up the division among equals, which the experienced peasant imposes upon him, ratifies his hegemonical power, both in the origin region and in the destination region.

By using WANDERLEY'S conception who analyzes the peasant as a "worker for the capital", the notion of heterogeneity specific of the capitalism development in Brazil, of the migration which makes the peasant-sugar-cane worker's existence possible, in addition to the Marxist concept of ideology and social classes, it has been attempted to grab the struggle which is being carried out between the capital and work and the way that another pole of this complex wholeness, substantiate their mechanism of struggle: on one hand, the capital recreating the small property without economical autonomy, and the worker, either individually or in group, resisting the "captivity", his social death: the summary proletarianization.

1. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Neste trabalho, procura-se explicitar o "fenômeno" da migração sazonal realizada por trabalhadores da Bahia, que vêm a São Paulo com o objetivo de empregar-se como assalariados na agroindústria açucareira.

O estudo dessa forma de migração torna-se importante na medida em que se tem revelado prática sistemática de uma ponderável camada da população migrante que, nos períodos da safra da cana-de-açúcar — geralmente de maio a novembro — permanecem nas Usinas de São Paulo, trabalhando na condição de assalariados temporários. Terminada a safra, regressam aos locais de origem, onde são pequenos proprietários, arrendatários, agregados, parceiros etc., e na safra seguinte repetem o processo.

O conhecimento da prática econômica aqui descrita sumariamente, aliado ao conhecimento da forma pela qual se dá o processo de assalariamento nos locais de destino e, principalmente, ao estudo da produção e da reprodução desse processo ao longo dos últimos 30 anos, pode contribuir para esclarecer alguns pontos fundamentais das relações de

trabalho no campo, e de que modo elas vêm concorrendo para o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

De relevo conhecer-se, também, os processos ideológicos e políticos que envolvem o modo de vida desse trabalhador migrante, suas representações e possíveis organizações. O fato de o camponês possuir uma relação ainda que precária com a terra, baseada na organização do trabalho familiar, cria nele um conjunto de valores que refletem essa situação.

O camponês-operário, "in casu", deve ser entendido como um trabalhador que é proprietário e proletário, ao mesmo tempo; ele não desenvolve uma prática de proletário porque não é efetivamente proletário. E seu "eterno retorno" tem muito a ver com a sua condição de proprietário, que migra sazonalmente em busca de um salário necessário à sua subsistência e de sua família.

2. CONJUNTO DE REPRESENTAÇÕES TEÓRICAS

2.1 Considerações preliminares

O presente trabalho, como já se esclareceu inicialmente, tem por objetivo compor um quadro, ainda que parcial e limitado, de processos migratórios sazonais, cuja especificidade é serem compostos por migrantes que estão, de alguma forma, ligados a pequena propriedade rural na região de origem e que, nos períodos da safra da cana, migram para trabalhar na sua industrialização em usinas açucareiras paulistas.

Antes de tudo, cumpre esclarecer que, durante muitos anos, acalentávamos o desejo de realizar um estudo sobre pequenas propriedades rurais e sua "estratégia de sobrevivência" sob o capital. A oportunidade se nos afigurou viável a partir do contacto que tivemos com a dissertação de RIBEIRO (1978), denominada "O Queima-Lata", Migração Sazonal nas Usinas Açucareiras Paulistas."

Juntamente com a autora, pudemos compulsar os dados, discutir a teoria utilizada e sobretudo obter informações que se erigiram como decisivas para abordar, sob

outro prisma teórico, esse velho, mas sempre polêmico tema. Além disso, coletamos dados atuais (1981), para complementar as informações julgadas necessárias. O que se segue neste trabalho é, portanto, produto de reflexões já há algum tempo realizadas por nós e que nos levaram sempre a uma única questão de difícil resposta: como se configura essa população de pequenos proprietários, reconhecida por muitos autores como autônoma, não totalmente expropriada de seus meios de produção, que migra para o Sul, em determinadas e específicas épocas do ano e vem repetindo esse processo ao longo desses últimos 30 anos.

Vários trabalhos tentaram responder a indagações dessa natureza, partindo dos mais diversos pressupostos: para alguns esse processo migratório — através do qual os pequenos proprietários buscam o assalariamento — representa uma forma de suplementar sua receita, cujo objetivo, em última instância, consiste em manter as atividades na pequena propriedade de origem. Nessa hipótese, a decisão de prover a pequena propriedade estaria jungida à manutenção de sua independência (RIBEIRO, 1978 & LOPES, 1971).

Existem ainda concepções que encaram o "autônomo" no interior da sociedade capitalista, como resultado da convivência de vários modos de produção, no qual o modo capitalista de produção apareceria como dominante. Haveria uma formação histórico-social onde o capitalismo, no caso em tela,

articular-se-ia com outros modos de produção e, dessa forma, em momentos particulares do processo, nem todo trabalho seria necessariamente assalariado, mas tendencialmente assalariado, na medida em que o trabalho em geral continuaria a ser determinado pelo capital. Haveria assalariados, autônomos, camponeses etc.

A noção de combinação de vários modos de produção coexistindo no interior da sociedade é, aliás, utilizado por autores no campo específico da sociologia rural. Entre eles situa-se PALMEIRA (1971) que introduz em alguns de seus trabalhos o conceito de modo de produção e de formação social. SIGAUD (1971) por sua vez, considera a "plantation açucareira" como uma formação social e os trabalhadores rurais como uma classe social existente em seu interior. "O trabalhador rural, pela posição relativa de classe dominada na estrutura de classes da formação social em questão — a plantation açucareira do Nordeste — se configura como um grupo onde este tipo de estudo podia ter algum interesse".

Segundo esses autores existiria, permeando a análise de totalidade, o conceito de formação social, em cujo seio se articulariam vários modos de produção. O campesinato, consoante PALMEIRA (1971), por exemplo, seria considerado como um modo de produção articulado e subordinado ao capitalismo.

A concepção teórica que tem por base a repro-

dução de relações pré-capitalistas, não capitalistas ou não especificamente capitalistas, articuladas e subordinadas ao capital é uma das mais utilizadas no âmbito da sociologia rural e parte da afirmação, até certo ponto comum, de que a "formação social brasileira" é capitalista e que, portanto, é necessário explicar seus elementos não capitalistas a partir da dinâmica do processo real de acumulação. Defendendo esse conjunto de representações teóricas encontra-se LOUREIRO (1977).

Em seu trabalho sobre o sistema de colonato nas fazendas de café, MARTINS (1979, p. 21) explica sua proposição: "A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo — o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado".

A proposta teórica deste trabalho difere da concepção que referenda a pequena produção familiar como um

setor autônomo da economia capitalista no campo, principalmente aquelas unidades produtivas que, incapazes de se reproduzirem enquanto tal, obrigam seus membros a se assalariarem em algumas épocas do ano, como forma de aumentar a receita familiar.

Existem alguns trabalhos que procuram demonstrar que o camponês hoje no Brasil já não possui autonomia em relação ao mercado, à medida que, cada vez mais, o controle efetivo sobre os meios de produção é deslocado para fora da unidade de produção.

No caso do Brasil, o processo de transformação histórica ocorreu de forma diversa daquela em que o capitalismo originalmente se desenvolveu. Aqui, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, tendo por base o capital comercial e a grande propriedade, acabaram por produzir um camponês com características inteiramente novas, diversas do camponês autônomo de outrora. Trata-se de um camponês "novo" e que possui especificidade própria, conforme acentua GRAZIANO DA SILVA (1980); de um trabalhador que já nasce dentro do modo de produção capitalista e é recriado pelo próprio capitalismo, como uma classe diferente da capitalista que, consoante ressalta WANDERLEY (1979, p. 64), assume características de um agente que participa da realização da produção agrícola sem reivindicar, via de regra, a parte que lhe será devida enquanto proprietário jurídico da

terra enquanto capitalista.

Dessa forma, o campesinato representa uma classe distinta da capitalista porque é proprietária dos meios de produção, mas que não consegue realizar-se como capitalista. Perdeu sua autonomia no processo produtivo. O camponês, segundo pondera WANDERLEY (1979, p. 41), passa a ser considerado uma classe que é também explorada pelo capital e pela grande propriedade, sendo portanto um setor, um elemento de sua constituição e não uma esfera distinta da capitalista, segundo pretendem fazer crer alguns teóricos: MARTINS (1979), LOUREIRO et alii (1977).

Por outro lado, há que se considerar a reprodução do campesinato como um processo que depende fundamentalmente das condições históricas do funcionamento do capital, o que tem a ver, de um lado, com a natureza e a intensidade das contradições econômicas desse mesmo funcionamento e de outro, com razões de ordem política, isto é, o maior ou menor "privilegiamento" político concedido à classe burguesa que opera no setor agrícola, ou o "privilegiamento" da pequena propriedade (WANDERLEY, 1979).

Essas considerações históricas do funcionamento do capitalismo podem ser assim resumidas: em primeiro lugar, sabe-se que o Brasil integrou-se no circuito do capi-

tal comercial europeu logo após a sua ocupação pelos portugueses, a título de "colônia de exploração", como fornecedor de alguns bens primários extrativos. A partir daí, amplia-se sua integração nesse circuito, por meio da exportação de produtos agrícolas tropicais (cana de açúcar e café, principalmente), sem esquecer da importação de escravos africanos. (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Isto significa que o Brasil ingressou no processo de desenvolvimento capitalista, desempenhando uma função específica da divisão internacional do trabalho, que privilegiou sempre a atividade agrícola realizada em grandes áreas rurais, consagrando um processo de desenvolvimento agrário que a afirmação da grande propriedade foi viabilizada com a presença marcante do Estado.

Como não houvesse aqui uma classe de produtores independentes previamente constituída e pronta a ser expropriada para atender às necessidades crescentes de mão-de-obra (à exemplo do que ocorreu em outros países capitalistas), as necessidades de força de trabalho tiveram de ser inicialmente supridas por outros países: primeiro pela importação de escravos africanos e, após a abolição da escravatura em 1888, pelos imigrantes que vieram trabalhar sob o regime do colonato, especialmente no Estado de São Paulo. Esse sistema "combina o salário com a produção para

a auto-suficiência do assalariado e seus familiares. Isso implica que o produtor era induzido a trabalhar diretamente na reprodução da força de trabalho" (IANNI, 1977, p. 7), o que obviamente interessava aos objetivos da grande propriedade.

Além desse regime, estiveram sempre presentes em todos os tipos de atividades desenvolvidas pela grande propriedade agrícola, em todas as regiões do país: o morador, o agregado, o posseiro, o meeiro, todos eles — embora desempenhando atividades específicas decorrentes de seu papel histórico no processo capitalista brasileiro — conservando, de alguma forma, o principal meio de produção: a terra (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 58).

A reprodução da propriedade familiar não fugiu à regra: ocupou um espaço no interior do capitalismo; cumpriu e vem cumprindo a função de fornecedora de braços para a agricultura e para a produção de bens agrícolas, especialmente alimentos, com fulcro essencialmente na intensificação do uso da força de trabalho familiar.

Sabe-se que embora a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos seja reduzida, a sua importância em área colhida é muito significativa: por exemplo, segundo os dados do INCRA de 1972, os minifúndios representavam 72% das propriedades, mas ocupavam apenas 12% da área cadastrada.

da. Mesmo assim eram responsáveis por cerca de 50% da área colhida no Brasil, com produtos básicos de alimentação (arroz, feijão, fava, mandioca e milho), dados esses que refletem, em certa medida, a situação do proprietário familiar em estudo.

Diante desse quadro econômico particularmente desfavorável, o pequeno produtor em referência é instado a vender parte de sua força de trabalho fora de sua propriedade como forma de complementar sua renda.

E é ele levado a migrar por imposição do grande capital, da grande propriedade, dos capitais comerciais, das condições ambientais etc., e essa necessidade se coaduna com as exigências da modernização da agricultura ocorrida no Sul, que possui, como ponto alto de sua constituição, a sazonalidade do trabalho. Em outras palavras, "o tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista de forma a tornar desvantajosa a retenção permanente de mão-de-obra nas propriedades, sendo mais econômico recrutar temporariamente os trabalhadores que podem ser simples proletários ou pequenos produtores nas épocas de maior intensidade das atividades, ainda que por salários mais altos, pagando apenas os dias de trabalho efetivo, do que mantê-los nas propriedades durante o ano todo". (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 60).

Resumindo, o capitalismo se desenvolveu no Brasil, desde seus primórdios, beneficiando a grande propriedade, as classes latifundiárias, o capital comercial, industrial, financeiro sob a ajuda marcante, precisa e irrestrita do Estado, haja vista o arcabouço institucional que rege a economia brasileira desde o estabelecimento das sesmarias, passando pela Lei das Terras e desembocando nos polpudos e cobiçados incentivos fiscais, sem esquecer, ainda, a atuação repressora que desencadeou contra os camponeses nos momentos cruciais da luta pela terra (WANDERLEY, 1979, p.41).

O presente trabalho procurará também identificar os antagonismos existentes no campo, mormente no que respeita à luta entre o grande capital, a grande propriedade e a classe camponesa, sem esquecer evidentemente o papel que o Estado assume nesse contexto. Apesar de se ter presente que o grande enfrentamento de forças se processa teoricamente entre capitalistas e assalariados, aquele que se opera entre o capital e o campesinato não deixa de ser relevante, à medida que a efetiva apropriação pelos camponeses dos frutos de seu trabalho tem sido cada vez mais dificultada pelos mecanismos de mercado, pelas condições insuficientes de produção (terra e instrumentos de trabalho), obstáculos estes que tem conduzido a maioria desses pequenos produtores a recorrer ao assalariamento temporário a fim de garantir sua reprodução social.

Ademais, pretende-se demonstrar que apesar de diferenças conceituais separarem assalariados e camponeses (já que estes últimos são proprietários dos meios de produção) verifica-se, em muitos casos, que essa classe está solidária com os assalariados rurais e que muitos interesses comuns os aglutinam em torno de sindicatos, congressos etc. (CONTAG, 1980). No entanto, é importante assinalar que, em alguns momentos essa solidariedade não é tão evidente como seria, à primeira vista, de esperar. Há elementos dignos de consideração que concretamente os separam e que precisam ser explicitados para que se tenha uma visão mais ampla das relações de classe no campo.

Para o camponês, de um modo geral, a luta pela terra "é uma luta de vida e morte. O que está em questão na luta pela terra não é simplesmente a sua sobrevivência social. Trata-se de não ser expulso, de não ser expropriado, de continuar existindo como classe social (...) O lavrador brasileiro tem consciência de que a migração definitiva é a perda virtual da condição de classe; ele sabe, em geral, que quem migra, não volta, morre; isto é, morre enquanto classe e passa para outra vida, para o cativeiro do assalariamento" (ABRAMOVAY, 1979, p. 59). É a isso que esse autor chama de morte social. É por esse motivo primordial que o camponês, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se aglutina com os assalariados em defesa de seus interesses comuns (tal como

se vê nos relatórios da CONTAG), distancia-se deles, procurando manter-se enquanto classe.

Essa luta, no entanto, teria de ser necessariamente a luta de toda uma classe; não basta que ela se faça individualmente ou através da solidariedade de grupos vizinhos. "Esta não é uma coragem individual: é uma coragem de uma classe na luta pela sobrevivência social (...)um enfrentamento contra o grande capital, a grande propriedade e o Estado." É o grande capital, apoiado no plano jurídico e sobretudo no plano do uso da violência pelo Estado e, muitas vezes, o próprio Estado, independentemente do grande capital, que vem agredindo um amplo setor do campesinato brasileiro com a ameaça de sua extinção enquanto classe. E é esse, fundamentalmente, o temor que se expressa na contraditória existência do camponês (ABRAMOVAY, 1979, p. 62).

Do ponto de vista ideológico, há que se levar em conta as considerações de MARX (1974, p. 81-109), segundo as quais as condições de reprodução da existência, das formas de cooperação e de troca e mesmo as idéias, nascem da atividade material. Essa concepção, no entanto, não significa que os homens representem nessas idéias as realidades de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam a forma pela qual elas aparecem em sua experiência imediata. Por esse motivo, as idéias parecem ser uma representação in-

vertida do real, mormente quando se dá o processo de dominação de uma classe sobre a outra, que é o caso que se pretende estudar.

Assim, no que tange ao camponês, é preciso detectar de que forma ele se pensa, de que maneira as suas condições materiais de existência constroem a sua visão de mundo. A produção camponesa ainda que não se constitua em produção autônoma no interior do processo de produção capitalista, possui laços ideológicos com a terra que tem como pressuposto fundamental a reprodução de sua família, a solidariedade diádica e grupal, que devem ser levadas em conta na análise. A "tradição camponesa" pode estar sendo um freio na sua organização política, na qualidade de assalariado porque se pensa como opositor do operário. Ademais, a migração sazonal possivelmente o impeça de lutar contra a exploração a que está submetido enquanto pequeno produtor.

Existem, portanto, duas dimensões no vivido do camponês que interessam à realização dos objetivos deste trabalho: uma real, objetiva, dada pela forma como está organizado o processo produtivo e uma relação social vivida pelos agentes sociais de forma subjetiva. Desse ponto de vista, ele é um trabalhador para o capital muito mais próximo do operário do açúcar do que de sua realização enquanto pequeno produtor, fato que ele não capta, ofuscado que está

pela sua visão de mundo imaginária, idealizada.

Assim, a sua condição de proprietário jurídico da terra o distingue dos demais companheiros assalariados da usina, ao menos no que se refere à sua própria concepção. Por vezes, poderá negar o seu meio de origem ou mesmo ratificá-lo, dependendo do grau de consciência política que apresentar na qualidade de classe social, frente às condições objetivas de sua existência.

Qual a relevância que as representações ideológicas incorporadas pelo camponês poderá ter em seu posicionamento de classe? É possível que, enquanto classe econômica (se é que se deva empreender aqui esta divisão), ele se pautasse muito mais como um operário do açúcar do que como um camponês, pois que de há muito perdeu sua capacidade de reproduzir-se na condição de pequeno produtor. É possível que nunca o tenha conseguido. Enquanto classe política, tem sido paradoxalmente impedido de organizar-se por força de sua condição econômica e ideológica. Pensa-se como um proprietário, *um trabalhador por conta*, distinto do operário, devido às ligações que o prendem à terra e à sua família. Neste caso, "a tradição camponesa" ajuda a reforçar um ideal de classe distinta da assalariada, que o impede, frequentemente, de aliar-se aos seus iguais — os operários do açúcar.

E se, segundo o que propõe MARX (1974, p.81-109),

17.

uma classe somente adquire sentido quando se expressa através de um movimento coletivo, de uma efetiva organização, então sua idealização camponesa pode estar se constituindo num entrave à sua libertação.

2.2. OBJETIVOS DO TRABALHO

2.2.1. Verificar como se constitui, na região de origem e de destino, a prática econômica do camponês.

2.2.2. Averiguar de que forma vive e justifica seu universo ideológico.

2.2.3. Identificar as formas de organização que desenvolve para enfrentar as suas necessidades.

2.3. HIPÓTESES

- 2.3.1. O camponês-operário é um produto típico do desenvolvimento caracteristicamente desigual das forças produtivas capitalistas no Brasil.
- 2.3.2. O camponês-operário não é um produtor autônomo, no sentido de que não consegue mais reproduzir-se socialmente enquanto produtor.
- 2.3.3. Sua visão de mundo e sua "tradição camponesa" impedem-no de organizar-se como classe.
- 2.3.4. A migração sazonal se revela como um fator que se opõe à organização dos camponeses em um ou outro local de trabalho.
- 2.3.5. O medo à proletarianização os vinculam à conservação e, por vezes, à idealização de seu "trabalho por conta".

2.3.6. Nos locais de destino o camponês-operário não adota atitudes contestatórias pelo fato de que as condições necessárias de sua seleção para o trabalho assalariado são a extrema passividade, a assiduidade, e o denodo com que enfrentam o seu cotidiano na empresa.

2.4. METODOLOGIA

Como o presente estudo pretendeu analisar as três esferas da vida em sociedade, quais sejam, a econômica, a política e a ideológica, foram utilizadas informações de natureza distinta que abrangeram essencialmente o significado qualitativo da realidade social. Por esse motivo, recorreu-se não apenas às técnicas do questionário, mas também à entrevista em grupo. Eventualmente lançou-se mão de dados secundários sobre a região, desde que considerados necessários para melhor compreensão do problema sociológico suscitado.

Pelo fato de a maior parte dos dados provir da pesquisa já referida, realizada por RIBEIRO (1978), pesquisa essa complementada com elementos referentes ao período atual (1981), reportar-se-á, neste item, apenas aos dados efetivamente manuseados para a confecção do presente trabalho:

a) utilizou-se do resultado das consultas efetivadas nos registros das usinas de açúcar, nos quais se procurou obter dados sobre: a contratação de migrantes sazonais

por ocasião da safra; histórico dessa contratação para caracterizar a existência de um fluxo migratório sazonal; percentagem de migrantes contratados pela empresa em relação ao número total de operários; preferência ou não por este tipo de utilização de força de trabalho; motivos dessa preferência; natureza das tarefas desempenhadas pelos operários; condições de habitação etc.;

b) formulários individuais aplicados ao conjunto dos trabalhadores migrantes selecionados para a amostra;

c) entrevistas em profundidade com grupos de migrantes, gravadas ou não;

d) complementação dos dados objetivando verificar o momento presente, através de entrevistas em profundidade.

Cumpramos destacar que a pesquisa em apreço foi realizada em 1973 e os dados utilizados se referem a essa data. Deve ser lembrado que foram feitas várias entrevistas sobre o momento atual do migrante na Usina Iracema (1981), objetivando verificar a continuidade do fluxo migratório e a situação social do camponês-operário.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

A análise realizada neste trabalho procura explicar o processo de migração sazonal que envolve pequenos proprietários vindos da Bahia para São Paulo, mais precisamente das regiões fisiográficas denominadas Chapada Diamantina, Feira de Santana e Serra Geral, para as regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba e Limeira.

Tal propósito não poderia ser entretanto alcançado sem que antes se procedesse à elucidação de alguns aspectos que norteiam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as alterações nas relações de trabalho que esse processo de produção necessariamente engendra. No caso em estudo, interessa conhecer esse processo como um acontecimento global que possui certas especificidades como, por exemplo, a complementariedade existente entre o desenvolvimento da agroindústria açucareira de São Paulo e as condições precárias em que se encontra a produção familiar no Nordeste.

A evidência empírica desse processo será re-

ferendada pela presença do chamado camponês-operário que, valendo-se do processo de migração estabelecido entre as duas regiões, como decorrência mesma da especificidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, busca, nas usinas açucareiras de São Paulo, uma suplementação à exígua renda auferida na região de origem.

Seria muito pouco útil situar esse "problema sociológico" — representado pela presença do camponês-operário neste Estado — isolando-o de sua determinante histórico-estrutural de maior peso, qual seja, o processo de desenvolvimento geral e ao mesmo tempo díspar que dirigiu e tem dirigido a "forma" e o "sentido" das relações de trabalho no campo.

A configuração variada que a mão-de-obra assumiu historicamente no desenvolvimento da agricultura representa a justa e exata dimensão da desigualdade com que ele se processa no campo. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1981, p.119), "observando-se as relações de trabalho na agricultura brasileira em seu conjunto, vê-se que o capitalismo se desenvolve no campo de uma maneira extremamente desigual. Tem-se desde o proletariado rural claramente constituído no Estado de São Paulo e algumas regiões vizinhas (como Sul de Minas Gerais e Norte do Paraná) na figura do volante, até situações de semi-escravidão, porque não há outras palavras para qualificar as privações dos peões da região amazônica. O mais marcante, entre-

tanto, parece ser os pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros que se assalariam apenas temporariamente, desde a região Nordeste até o extremo Sul do país."

O caso do camponês-operário constitui-se, provavelmente, no limite tangencial desse processo. Evidencia, concretamente, na forma e no conteúdo, o retrato do desenvolvimento desigual, heterogêneo do capitalismo, mormente no que diz respeito ao campo, que vai criando, ao longo de suas necessidades e possibilidades, a modalidade de trabalho que melhor se adapte às suas exigências de acumulação. Dessa forma, a manutenção desse tipo de trabalho no campo tem como "pano de fundo" as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil que não promove a liberação total de sua mão-de-obra. Aqui, o que se assiste é um processo de expropriação que não se efetua exclusivamente através da proletarianização (WANDERLEY, 1979, p. 42).

"É preciso, portanto, desvendar as formas que o capital assume na realidade brasileira e as razões que o levam a reproduzir um trabalhador não proletarianizado, bem como o resultado deste processo, isto é, o camponês reproduzido pelo capital." (WANDERLEY, 1979, p. 74). E mais especificamente, no presente estudo, demonstrar que a produção familiar através da propriedade jurídica da terra possibilita a reprodução do grande capital, do capital comercial e usará-

rio etc., que se apropriam do seu sobre-trabalho pela mediação do mercado capitalista.

A importância da sobrevivência desse camponês está ligada "a uma dupla ordem de fatores: por um lado a natureza e intensidade das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, em consequência das especificidades de seu funcionamento no setor agrícola; por outro lado, razões de ordem política, que dizem respeito às relações de força no interior das classes dominantes e entre estas e as classes subalternas". (WANDERLEY, 1979, p. 71).

A presença do camponês-operário é, pois, o resultado da forma contraditória do avanço do capitalismo no campo, marcada pela desigualdade existente entre o "atraso" do desenvolvimento capitalista no Nordeste e a "aceleração" desse processo no Centro-Sul.

Efetivamente, um pólo se modernizou em detrimento de outro e esse crescimento dispar ensejou o aparecimento de várias modalidades de trabalho, entre elas, a do camponês-operário, categoria de trabalhador que tanto serve aos objetivos de acumulação no Nordeste, como aos de São Paulo. O processo migratório, nesse contexto, assume sua verdadeira roupagem de mecanismo viabilizador da circulação dessa mão-de-obra "liberada" sazonalmente da região de origem.

As três regiões em estudo — Chapada Diamantina, Feira de Santana e Serra Geral — no presente caso, revelaram-se como as principais áreas de migração responsáveis pela mobilização de 85% dos migrantes pesquisados. Esse elevado percentual pode ser explicado pelas condições de ordem histórico-estrutural, bem como pelas de ordem "natural" que determinaram o desenvolvimento do capitalismo no campo, condições essas que, consoante se verá, exsurtem como barreiras praticamente insuperáveis para a reprodução social das unidades familiares.

Dentre as determinantes de natureza histórico-estrutural há que se considerar as relacionadas à organização agrária do Nordeste: as melhores terras foram sistematicamente reservadas para os grandes produtores da região, favorecendo um processo de concentração de renda e de propriedade, que relegou a plano secundário as atividades de subsistência, conduzindo, assim, à marginalização as unidades de produção familiar que proliferam no caudal do processo de desenvolvimento; estas, ou funcionavam como atividades subsidiárias dentro das próprias unidades produtivas voltadas para a exportação ou, quando se desvinculavam do latifúndio, lhes sobram terras de menor fertilidade e de mais difícil acesso, nas quais se estabelecem em unidades produtivas de tamanho familiar.

Não se pode esquecer, também, as condições de ordem institucional que sedimentaram a natureza do recente processo de industrialização do Nordeste, o qual, além de não absorver a grande parte dos trabalhadores liberados no campo, prima por oferecer salários irrisórios que agilizam o processo migratório para o Centro-Sul. Apesar de haver participado de um período de "euforia desenvolvimentista" marcado pelo advento da resolução 34/18 — que patrocinou a industrialização do Nordeste, via um imenso aparato de favores que objetivavam atrair o capital industrial, "a burguesia nordestina... foi afogada pelo mesmo mecanismo que ajudou a criar"! Esse processo, como é óbvio, não se revestiu de melhores condições de vida para o camponês.

No campo, pois, a situação permanece a mesma, "maltocada em poucos projetos agropecuários que, na maioria das vezes, são biombos para captar o recurso dos incautos e mal passam do papel" (OLIVEIRA, 1976, p. 36).

Assim, também a política agrícola adotada nos últimos anos debilitou sensivelmente as pequenas unidades de produção uma vez que as atrelou ao processo de acumulação global do país, conforme referenda GRAZIANO DA SILVA (1979, p. 3): "A política agrícola tem beneficiado fundamentalmente a indústria, em particular, a grande indústria, o sistema financeiro e na agricultura, os grandes proprietários de ter-

ras, as grandes empresas agrícolas e a agroindústria (em suma, o grande capital...)".

Esse favorecimento relegou a agricultura de alimentos a um plano secundário, obrigando os chamados agricultores pobres a disputar, com dificuldade cada vez maior, o exíguo espaço econômico que o grande capital lhes reservara desde os primórdios de sua constituição, fato que reduziu drasticamente seu poder de barganha frente ao capital comercial, a grande propriedade, atravessadores etc.

Por outro lado, o vertiginoso crescimento populacional ocorrido no campo e a acanhada dimensão das propriedades em estudo contribuíram para garantir o sobre-trabalho que iria alimentar o processo global de acumulação no país. E, em última análise, o trabalho não remunerado da família do camponês que viabilizará esse processo.

Além desses fatores, segundo muito bem acentua SÁ JÚNIOR (1973, p. 126) "quase todos os produtos nordestinos destinados ao consumo alimentar são também produzidos no Centro Sul do país. Assim, a possibilidade de importá-los debilita as pressões que se fariam sentir para desenvolver regionalmente essas culturas. A capacidade de importar do Centro-Sul é alimentada não só pelas exportações do Nordeste para o exterior, mas também pelo processo de industrialização que

substituiu algumas importações adquiridas no Centro Sul, liberando recursos para importar produtos agrícolas, inclusive alimentos."

Cumpre salientar, ainda, os óbices de natureza creditícia que amarram o produtor à grande propriedade e ao comerciante de um modo geral.

Objetivando delinear a forma pela qual a região em estudo contribuiu para viabilizar esse processo de migração, faz-se necessário apontar alguns dados atinentes às condições que determinaram o padrão de concentração de terra e o precário espaço econômico em que historicamente funcionou a produção familiar no Brasil. Os informes do Censo Agrícola de 1950 revelam que, na Bahia, 90% das propriedades possuíam menos de 100 ha e ocupavam 27% da área total do Estado; 5%, aproximadamente, tinham de 100 a 200 ha, ocupando 11% da área total e 5% das propriedades acima de 200 ha ocupavam 62% de toda área do Estado. Esses dados, sem sombra de dúvida, traçam claramente o perfil da distribuição da propriedade e da conformação da estrutura agrária desse Estado.²

A tabela nº 1 reflete o quadro da estrutura agrária das regiões fisiográficas onde se situam os municípios de origem dos migrantes, a saber: Itaberaba e Iaçu, na região da Chapada Diamantina; Ipirã, na Feira de Santana e

Livramento do Brumado, na Serra Geral.

De acordo com aqueles dados, para as propriedades situadas nos dois primeiros extratos (0 - 10 ha e 10 - 50 ha), as regiões apresentaram um número extraordinariamente elevado de produções familiares, assim distribuídas: 89% para a Chapada Diamantina; 90,1% para a Feira de Santana e 83,1% à Serra Geral. A área total ocupada por aquelas explorações corresponde a 23,8% para a primeira região; 31,5% para a segunda, 39,2% para a última.

Além disso, é de considerar que a maior parte da área das três regiões acha-se ocupada pela pecuária, atividade essa que demanda maiores áreas de exploração, principalmente em sua forma extensiva, como é praticada no Nordeste. Tanto assim é que de 1.102.082 ha de terra na Feira de Santana, apenas 76.991 ha (menos de 10% da área) são ocupados pela lavoura e 344.437 (30% aproximadamente) pela pecuária; na Chapada Diamantina, de 1.226.449 ha, 153.930 ha (10% aproximadamente) são voltados para a lavoura, em contraposição a 299.179 ha (20%), à pecuária; enquanto na Serra Geral, de 1.066.076 ha, 113.150 ha (10%) dedicam-se à lavoura e 213.611 ha (20%) à pecuária (CENSO AGRÍCOLA DE 1950). É preciso considerar que as demais áreas são referidas no Censo como "matas" ou "terras incultas", fato que poderia sugerir a existência de terras reservadas obje-

TABELA Nº 1 Número e área dos estabelecimentos por estratos de área - Regiões Fisiográficas da Bahia
1960

ESTRATOS DE	ESTABELECIMENTO			ÁREA			ESTABELECIMENTO			ÁREA		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ÁREA (HA)	CHAPADA DIAMANTINA			FEIRA DE SANTANA			SERRA GERAL					
0 - 10	23386	62,8	95341	7,1	23369	59,4	89735	7,7	14512	40,8	61093	5,9
10 - 50	9725	26,2	225919	16,7	12096	30,7	277089	23,8	15330	43,1	346345	33,3
50 - 100	1878	5,0	140522	10,4	2024	5,1	146558	12,5	3498	9,8	226216	21,8
100 - 1000	2160	5,8	564040	41,7	99	0,0	196010	16,8	2192	6,2	368699	35,5
1000 - 10000	103	0,3	200911	14,9	2	0,0	28314	2,4	23	0,1	36552	3,5
10000 e +	5	0,0	123812	9,2	2	0,0						
s/declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE IBGE - CENSO AGRÍCOLA DE 1960 (Análise Global da Economia Baiana-1972)

tivando a pura e simples valorização (GRAZIANO DA SILVA)³.

No que diz respeito à ocupação da mão-de-obra na região, é importante assinalar que, em 1970, 44,6% estavam engajadas nas explorações familiares com menos de 10 ha; 32,5% nas explorações de 10 a 50 ha.

Além disso, segundo apontam os Censos de 1950 a 1970, a mão-de-obra ocupada no setor primário do Estado da Bahia, apresentou um acréscimo de 932.143 pessoas. Desse acréscimo, 60% achavam-se insertos em estabelecimentos de 50 ha, enquanto que, nos médios e grandes estabelecimentos, a mão-de-obra sofreu redução.

Por outro lado, segundo comprova GRAZIANO DA SILVA (1978, p. 178), com o auxílio das estatísticas cadastrais do INCRA (1976), na cultura do café, milho, cana de açúcar, arroz, algodão, trigo e feijão, "a participação das pequenas propriedades mostra-se muito elevada, as áreas médias colhidas por imóvel são pequenas, representando fração cada vez menor da área total das propriedades, quando se caminha dos menores para os maiores estratos de área. Novamente, surge a idéia de "dispersão" da produção, ou seja, a maior parte dessa produção provém de um grande número de imóveis, cada um contribuindo com parcela muito pequena do volume produzido". A tabela de nº 2 evidencia a distribuição do número de imóveis produtores e da quantidade colhi-

da de cada uma das principais culturas, segundo a área total e renda bruta dos imóveis. Isso faz com que, para aglutinar essa produção, apareça um grande número de intermediários que impedem que os estímulos do preço cheguem ao produtor, fato que reforça sua situação de "produtores de subsistência".⁴

Dessa forma, verifica-se que os estabelecimentos de menor dimensão e que aglutinam o maior número de trabalhadores podem ser os responsáveis pelo fornecimento dos produtos agrícolas.

As constatações reunidas até aqui a respeito das condições de vida do pequeno produtor reportam às hipóteses de WANDERLEY (1979) sobre a sua auto-suficiência.

Segundo as colocações da autora essa auto-suficiência nunca existiu nas condições em que se desenvolveu o capitalismo no Brasil. Diz ela: "fora da grande propriedade, a exploração familiar se reproduz, quer através da propriedade jurídica da terra, quer da ocupação sem título legal, como base de uma relação de produção/apropriação do sobre-trabalho camponês. Esta relação se manifesta sob formas diversas, mas que tem em conjunto um denominador comum, que é a condição de viabilizadora de outras formas de capital, que se apropriam deste sobre-trabalho, através do mercado capitalista" (WANDERLEY, 1979, p. 75).

Tabela Nº 2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: BRASIL, 1972. (PORCENTAGENS ACUMULADAS).

Estratos de área total (ha) e valor da produção (Cr\$)	CAFE		MILHO		CANA-DE-AÇÚCAR		ARROZ	
	imóveis produtores	quantida- de colhida	imóveis produtores	quantida- de colhida	imóveis produtores	quantida- de colhida	imóveis produtores	quantida- de colhida
(ha)								
0,5 a — de 2	1,8	0,2	2,4	0,5	4,0	0,2	1,0	0,2
2 a — de 5	8,6	1,7	10,8	3,1	13,4	0,9	5,2	1,2
5 a — de 10	20,2	5,9	24,1	9,2	27,0	2,4	13,4	3,7
10 a — de 25	63,4	28,3	66,1	34,4	56,8	7,0	38,7	13,6
25 a — de 50	73,5	45,6	75,0	53,4	73,6	11,9	58,6	23,7
50 a — de 100	80,4	58,9	86,1	66,2	84,0	17,9	73,8	34,7
100 a — de 200	93,6	70,5	92,8	76,0	90,9	25,6	85,0	46,9
200 a — de 500	98,1	84,9	97,3	86,8	96,4	42,3	93,9	63,2
500 a — de 1 000	99,3	92,1	98,8	92,5	98,3	58,2	97,1	74,8
1 000 a — de 2 000	99,8	96,9	99,5	96,1	99,3	72,0	98,8	85,0
2 000 a — de 5 000	100,0	99,4	99,9	98,5	99,8	84,1	99,7	94,7
5 000 a — de 10 000	100,0	99,8	100,0	99,3	99,9	94,0	99,9	97,9
10 000 e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Cr\$)								
— de 3 000	27,2	3,1	52,2	20,8	43,6	2,4	40,6	11,5
3 000 a — de 6 000	44,9	6,7	74,6	41,6	65,6	4,9	64,2	22,9
6 000 a — de 12 000	63,3	14,1	88,7	60,9	82,3	8,3	81,1	36,0
12 000 a — de 24 000	79,3	27,1	95,0	73,2	90,8	12,8	90,6	48,4
24 000 a — de 50 000	90,7	45,7	97,8	81,7	95,2	19,1	95,7	59,4
50 000 a — de 100 000	96,0	62,4	99,0	87,9	97,5	26,8	98,0	69,1
100 000 e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Estatísticas Cadastrais/2. INCRA (1976).

TABELA 2 (Continuação)

Estratos de área total (ha) e valor da produção (Cr\$)	ALGODÃO		TRIGO		FEIJÃO	
	imóveis produtores	quantidade colhida	imóveis produtores	quantidade colhida	imóveis produtores	quantidade colhida
(ha)						
0,5 a — de 2	1,9	0,4	0,5	0,1	2,7	1,6
2 a — de 5	9,6	2,2	3,9	0,7	11,5	7,3
5 a — de 10	21,8	5,9	14,0	3,2	24,0	16,5
10 a — de 25	47,9	19,5	59,2	18,4	52,2	40,7
25 a — de 50	66,8	32,5	86,0	35,9	71,0	58,2
50 a — de 100	81,3	45,9	94,5	48,8	83,8	71,6
100 a — de 200	90,8	58,8	97,3	60,6	91,8	81,6
200 a — de 500	96,9	76,1	99,0	77,4	97,1	90,4
500 a — de 1 000	98,8	86,3	99,6	87,9	98,8	94,4
1 000 a — de 2 000	99,6	93,4	99,9	95,2	99,5	96,8
2 000 a — de 5 000	99,9	97,8	100,0	98,9	99,9	98,7
5 000 a — de 10 000	100,0	99,3	100,0	99,9	100,0	99,3
10 000 e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Cr\$)						
— de 3 000	60,9	14,8	28,1	5,3	58,1	40,7
3 000 a — de 6 000	77,0	23,4	59,4	13,8	78,7	60,8
6 000 a — de 12 000	87,8	33,5	83,3	25,2	90,7	76,3
12 000 a — de 24 000	93,8	45,2	93,0	36,6	96,0	85,9
24 000 a — de 50 000	97,1	57,2	96,7	48,8	98,3	91,5
50 000 a — de 100 000	98,6	67,6	98,3	61,2	99,3	95,0
100 000 e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Estatísticas Cadastrais/2. INCRA (1976).

O fato de a produção realizada pelo camponês ser posta à venda não indica necessariamente que o excedente por ele produzido desborde o essencial à sua subsistência, enquanto produtor familiar. Pelo contrário, pode constituir a via que permitirá a complementação de seus meios de vida e a obtenção de seus instrumentos de trabalho. Desse modo, a distinção entre auto-consumo e "excedente" comercializável não se identifica à distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente.

Abstraindo esses fatores, que não esgotam de maneira alguma os problemas atinentes à desigualdade existente no campo, o produtor familiar enfrenta, ainda, obstáculos de ordem "ambiental" que o impedem de garantir a sua reprodução.

Com efeito, os municípios que constituem, por excelência, a região de origem do camponês em estudo — Itaberaba, Iaçú, Ipirã e Livramento do Brumado, todos situados no interior da Bahia — apresentaram, de uma ou de outra forma, adversidades de ordem física para um adequado aproveitamento na agricultura.

O primeiro deles, de acordo com a ANÁLISE GLOBAL DA ECONOMIA BAIANA (1972), diz respeito ao clima, classificado como das "savanas tropicais com precipitações inferiores a 750 mm, caracterizado por duas estações: seca,

de maio a outubro e chuvosa, de novembro a abril."

Além desse fator de ordem climática que influi decisivamente na decisão de migrar — no período de maio a novembro — encontra-se o tipo de solo, o relevo, a proximidade de rios e a qualidade das águas. No que concerne aos rios, o principal deles na região — o rio Paraguaçu — que banha os municípios de Itaberaba e Ipirã, "apresenta uma bacia que se caracteriza não apenas pela baixa precipitação mal distribuída, concorrendo até para a formação da caatinga, mas também pela deficiência da cobertura vegetal e pela sua aridez, marcada pelo regime torrencial dos cursos d'água." O teor da salinidade das águas, constitui também um entrave para torná-las aproveitáveis para a irrigação: "drenando a maior parte da área da Bacia, os afluentes da margem esquerda do Paraguaçu são todos intermitentes e apresentam índices por vezes muito elevados de salinização; conforme análises disponíveis, os valores de salinidade total variam de 4.000 ppm. a 287 ppm., com uma média de 2.397 ppm. Os principais rios da área apresentam teores de salinidade total em torno do valor médio, ficando os extremos com pequenos afluentes e rios. De uma maneira geral, não se pode superestimar as possibilidades da Bacia do Paraguaçu, nem tampouco o potencial ao longo do rio, uma vez que os solos mais interessantes do ponto de vista agrícola, pelas suas condições intrínsecas e a topografia das áreas que ocupam, estão localizadas relativamente distantes do leito do rio e em altitudes que difi-

cultam a adução de água para fins de irrigação. Isto ocorre com os latosolos profundos de textura média e argilosa e os podzólicos vermelho-amarelos do planalto de Cruz das Almas e sua extensão da margem esquerda do Paraguaçu, no planalto de Santo Estevão, além dos interflúvios onde ocorrem bons solos a jusante de Itaberaba, ao longo da Rodovia Br-242" (ANÁLISE GLOBAL DA ECONOMIA BAIANA: p. 104 - 107).

É evidente que tais obstáculos de ordem "natural" não podem, isoladamente, ser responsabilizados pelo processo migratório que se estabelece entre os dois pólos, mas, na medida em que não são contornados, eles agravam a situação dessa população migrante.

No presente caso, deve ser considerado que a absoluta incapacidade financeira e "ipso facto" técnica de superar essas condições agravam a miséria do produtor familiar.

BRANT (1979, p. 89) ressalta com muita acuidade as condições concretas da existência do produtor familiar: "do ponto de vista da subsistência do trabalhador assalariado, as economias não monetárias perdem, cada vez mais, a importância. Os grupos domésticos em que se assenta a sua reprodução, ainda que não dependam exclusivamente dos salários obtidos na agropecuária, combinam mais frequentemente formas de remuneração do trabalho do que atividades

de produção". Nesse sentido cumpre destacar também os trabalhos de SIGAUD.

Por que São Paulo irá se mostrar para o camponês como um local de trabalho altamente atrativo? Os motivos vão desde o processo de industrialização iniciado especialmente a partir de 1950, à "funcionalidade" do trabalho sazonal que marcou a agroindústria açucareira da região, além do chamado "fetiche do salário hora" que adjudicou ao seu universo a ilusão dos "pacotes de dinheiro" que ganharia em São Paulo.

No que respeita à industrialização, cabe assinalar que foi a partir de sua versão pesada (1956/61) que ela ganha impulso. Nessa época, instalam-se em São Paulo (e em algumas regiões do país) as principais indústrias de tratores e máquinas agrícolas, de fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários (CARDOSO DE MELLO:1975, p. 25). Daí por diante, a agricultura não mais poderá ser vista como um setor "atrasado" cumprindo o papel passivo de produtora de mão-de-obra para o setor "moderno".

IANNI (1977, p. 172), aliás, esclarece tal equívoco: "Pouco a pouco avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural e singular, sobre a cultura do tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo de Jucelino Kubtschek de Oliveira, a cidade conquistou uma se-

gunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou em maior escala, às mãos da burguesia industrial (...). A partir dos anos 1956 - 60, já não era mais possível reviver — a não ser como anacronismo — a ideologia da "vocação agrária" do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passa a dominar o pensamento e a atividade dos governantes e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios". A agricultura, a partir daí, passará a ser encarada como um ramo da indústria (MARX, 1973).

Essa industrialização, como sôí acontecer no desenvolvimento do capitalismo, permanecerá no Brasil concentrada em uma região que engloba a maior parte de São Paulo, uma parte do Rio Grande, do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do sul de Minas Gerais, o que mais uma vez qualifica esse processo como centralizador e desigual. "Nessa região se concentra hoje pelo menos 2/3 do valor de toda produção agropecuária brasileira. Nunca é demais lembrar que São Paulo é o principal estado agrícola brasileiro. A industrialização da agricultura dessa região, em particular São Paulo, não pode ser subestimada. Ela representará a industrialização da maior parte da produção agropecuária brasileira. Essa é a realidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As desigualdades são tão terríveis quando se fala em agricultura do que quando se fala em indústria". (GRAZIANO DA SILVA, 1979, p. 3).

Por outro lado, a região de destino para a qual se dirigem os migrantes pesquisados representa uma das mais importantes do Estado. Ela engloba, ao ver de IANNI o primeiro e o segundo oeste paulistas (1977), demonstrando, assim, que as desigualdades regionais existem e se reproduzem internamente às regiões. Ao longo dos anos de 1945-1975, a expansão agroindustrial dessas áreas atingiu cifras dantes nunca imaginadas, de tal forma que as regiões de Campinas e Ribeirão Preto se colocaram à frente de todo processo de produção agroindustrial, principalmente no que diz respeito à cana, quer quanto à área plantada como ao valor da produção. Na região de Ribeirão Preto, por exemplo, em 1955 aproximadamente, a área cultivada da cana ultrapassou a do café e do algodão conjuntamente (DIAGNÓSTICO, 1972). De outra parte, o cultivo da cana constitui uma das mais tradicionais atividades da região de Campinas. As sub-regiões de Campinas, Piracicaba e Limeira aparecem como responsáveis por 34%, 27% e 22%, respectivamente, do valor gerado pela cana, na região (DIAGNÓSTICO, 1972).

Em termos mais amplos, entre 1951 e 1968, a produção paulista de açúcar passou de 30,47% do total nacional, para 48,95%. No período de 1969 a 1973, a produção brasileira continuou a expandir-se passando de 72.215.665 sacos para 111.381.873. Nesse mesmo período, a produção da região Centro-Sul, na qual o Estado de São Paulo é o maior produtor, passa de 62,94% do total para 70,44%. A tabela nº3

dã uma idéia da evolução dos índices dos valores de exportação do açúcar, café, cacau e algodão entre 1944 a 1973.

Cumpre lembrar, ainda, que a produção açucareira apenas ganhou impulso quando Cuba perdeu a sua cota no mercado interno norte-americano, conforme pondera G.DA SILVA (1971, p. 10): "a presença do açúcar brasileiro no mercado americano só foi possível quando, em meados de 1960, como consequência do rompimento de relações diplomáticas com Cuba, os Estados Unidos resolveram admitir novos fornecedores, a título precário e experimental. Assim, iniciamos nossas exportações, a título 'non quota' mas com as vantagens do sistema de preferência, até que, 1962, fomos admitidos em caráter definitivo, com uma participação básica de 6,37% elevada em 1956 para 7,56% como até hoje permanece."

É evidente que a atuação do governo nesse contexto foi de grande importância, de modo a aproveitar as possibilidades de exportação. Adotaram-se os incentivos fiscais de toda ordem, destinados a melhorar a produtividade das usinas e à redistribuição das cotas pelas regiões, áreas e usinas do país, e o Estado de São Paulo "passou a desenvolver grandemente o seu parque açucareiro, ampliando o número de usinas e modernizando a tecnologia de produção de modo a que a produção da região norte-nordeste atingia 34% do total do Brasil, enquanto que a centro-sul passava a 66%; só o Estado de São Paulo respondia por cerca de 50%"(PAIVA, 1973, p.165).

TABELA 3— Índices de exportação de produtos agrícolas — Base: 1953 = 100

Período	"Quantum"						Valor US\$					
	Café	Cacau	Açúcar	Minérios de ferro	Pinho	Algodão	Café	Cacau	Açúcar	Minérios de ferro	Pinho	Algodão
1944	87	94	28	13	51	77	19	22	27	4	47	35
1945	91	77	11	19	43	118	21	16	13	6	43	55
1946	100	120	86	41	81	253	32	47	17	1	86	156
1947	95	91	24	13	86	205	39	76	54	3	100	165
1948	112	66	141	38	102	185	45	77	168	14	111	181
1949	125	122	15	43	68	100	58	70	19	24	77	107
1950	95	121	9	57	89	92	79	105	15	29	84	104
1951	105	88	8	84	117	103	97	92	16	56	129	204
1952	102	54	17	100	70	20	96	55	23	102	85	31
1953	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1954	70	111	63	107	87	222	87	180	55	93	98	219
1955	88	112	224	164	121	126	78	121	209	130	152	129
1956	108	116	7	175	70	102	95	89	7	152	88	84
1957	92	101	166	214	147	47	78	93	205	207	168	43
1958	83	95	297	180	121	29	63	119	256	170	135	24
1959	112	73	241	252	87	56	67	79	191	188	99	35
1960	108	115	301	329	100	68	66	92	258	230	111	45
1961	109	96	305	338	118	147	65	61	293	259	123	109
1962	105	51	174	486	86	155	59	32	176	239	95	119
1963	125	63	205	527	84	159	69	47	323	306	91	112
1964	96	69	99	621	111	156	70	46	148	349	123	106
1965	87	85	297	812	122	114	65	37	253	446	136	94
1966	108	103	393	823	129	169	70	67	359	434	146	109
1967	108	105	391	911	109	136	65	79	359	445	128	89
1968							73	51	464			128
1969							89	116	524			103
1970							90	86	590			152
1971							71	101	683			135
1972							97	110	1 799			181
1973							123	164	2 454			211

FONTE: Conjuntura Econômica, Vol. XXIII — nº 10 — 1969

A agroindústria açucareira irã, assim, determinar uma mudança muito significativa no desenvolvimento industrial e conseqüentemente da força de trabalho na região. Cresceu o número de máquinas e equipamentos nos processos produtivos; alterou-se a composição da mão-de-obra, instalou-se e se consolidou no campo a fábrica de açúcar(IANNI,1977). A agricultura encontrava-se, assim, irreversivelmente convertida em um simples ramo da indústria. O assalariamento temporário que acompanhou a sazonalidade da produção irã impor-se como o protótipo de trabalho solicitado pela usina, tanto na colheita, como na produção do açúcar.

.

A necessidade de maior utilização de mão-de-obra na região de São Paulo, por ocasião dos períodos de "pico" da produção açucareira, coaduna-se pois com as condições de sub-remuneração do trabalho evidenciada no Nordeste, o que induz uma parte considerável de produtores de baixa renda a migrar para São Paulo, como forma de implementar o seu irrisório rendimento. O camponês-operário é, sem dúvida, o resultado necessário dessa peculiar simbiose.

Esse desenvolvimento desigual continuará a se efetivar pelos caminhos tortuosos que repartem ao meio o camponês, transformando-o em meio produtor e meio operário. E se é verdadeiro que o capital repõe necessariamente no cenário das relações de produção a figura dividida do camponês, também é verdade que ele promove uma via de resistência à

proletarização completa, porque ele tem consciência de que sua transferência definitiva para São Paulo significa a sua "morte social", ou seja, a perda de sua condição de classe política, o "cativeiro" do assalariamento definitivo. A sazonalidade da produção açucareira permite-lhe, assim, enfrentar a ameaça do assalariamento permanente. E para manter essa aparente liberdade defronta-se estoicamente com uma situação de rara exploração, de miséria moral e social, criada pela ideologia capitalista — e ratificada pelos "paulistas", que o introduz na usina na qualidade de figura inoportuna e caricata. E por paradoxal que possa parecer, ele mesmo, em alguns momentos de seu discurso, legitima essa inferioridade, acreditando-se *naturalmente* incapaz de fugir à sua condição de coadjuvante secundário na estrutura social de destino, pois "*é homem inferior e atrasado, homem de lavoura*". E por esse motivo teme também enfrentar as condições de vida existentes em São Paulo, "*as paradas, às quais nem os paulistas escapam*".

Assim é que o seu ideal de "liberdade", de proprietário da terra, de "trabalhador por conta" se opõe ao seu assalariamento definitivo, bem como a crença de que "*é homem fraco e atrasado*" o impede de radicar-se em São Paulo. Essas as principais contradições que norteiam a vida do camponês. Por tudo isso é que se entende que a prática econômica do migrante, analisada em suas múltiplas facetas, revela-se como de meridiana importância para a percepção da

forma contraditória pela qual o capitalismo se desenvolve no campo; em outras palavras, de que maneira essa modalidade de trabalho é cotidianamente reposta no bojo do sistema hegemônico.

Todo esse esforço de análise servirá para tentar demonstrar que o camponês-operário acha-se concretamente dividido entre esses dois mundos e que dificilmente poderá superar essa situação, ficando mais ou menos claro que por longo período de tempo irá reproduzir-se nessa condição de camponês-operário que, mesmo quando proletarizado se sente camponês.

4. PRÁTICA ECONÔMICA DO CAMPONÊS-OPERÁRIO

4.1. O trabalho na unidade familiar

4.1.1. A estrutura agrária

Consoante ficou anteriormente demonstrado, verificou-se uma tendência à proliferação e parcelamento dos pequenos estabelecimentos imobiliários situados entre 0 a 10 ha, proliferação essa que tem aumentado, apesar da política do INCRA voltada para a progressiva eliminação dos imóveis menores. Esse aumento deve ter-se verificado devido aos problemas de ordem sócio-econômica, ligados à mudança das relações de trabalho no campo, que serão retomados mais adiante. Aliás, a esse respeito cumpre salientar a análise feita por órgão especializado: "O crescimento populacional rural, quando não é acompanhado da expansão do mercado de trabalho faz com que a população excedente acorra ao setor de subsistência, expandindo-o. Observa-se também a partilha de terras através de heranças" (ANÁLISE GLOBAL DA ECONOMIA BAIANA, p. 136); o que permite concluir que o número de pessoas nas pequenas propriedades aumenta quando há uma retração no mercado de trabalho.⁵

Embora a pesquisa não tenha levantado a fundo questão, observou-se pelos dados apontados nas tabelas de nºs 4 e 5 que a maior parte dos proprietários possui imóveis com menos de 50 ha e a média de habitantes, por unidade produtiva, gira em torno de 10 pessoas, o que não deixa de ser uma evidência de que a maior concentração de pessoas encontra-se nas propriedades de menor área.

As condições acima relatadas são produto de uma série de fatores, entre eles a concentração de terra, a incipiente industrialização do local e os de natureza ambiental. A concentração de terra, principalmente, foi sempre privilegiada no desenvolvimento agrário brasileiro, via atuação do Estado. Segundo aponta GRAZIANO DA SILVA (1981), "o índice de GINI da concentração da posse de terra no Brasil passa a ser da ordem de 0,9". HOFFMANN e GRAZIANO DA SILVA (1975, p. 14).

Esse quadro revela a tendência de uma pressão populacional muito acentuada por sobre a produção familiar, cujos reflexos, entre outros, são a sub-remuneração dessa população, a necessária integração do trabalho de mulheres, jovens e velhos na composição da força de trabalho, consoante se pode verificar das tabelas que seguem:

TABELA Nº 4
REDA ANUAL E ÁREA DA PROPRIEDADE

Renda anual em Cr\$	500 a	1000 a	2000 a	3000 a	4000 a	5000 a	6000 a	7000 a	NÃO SABE	TOTAL
Área da propriedade	1000	2000	3000	4000	5000	6000	7000	10000		
0 - 10	2		2		1				2	7
10 - 20	3			1		1	1		3	9
20 - 50		1	3	3	1		2		4	14
50 - 100		2				1		1	2	6
100 - 200									1	1
200 - 300					1					1
300 - 500									1	1
TOTAL	5	3	5	4	3	2	3	1	13	39

Fonte: pesquisa realizada em 1973, junto aos migrantes

TABELA Nº 5
Dimensão da propriedade e
nº de pessoas da família que trabalham

Nº pessoas q. trab. propr.	1 - 4	4 - 6	6 - 8	8 - 10	10 - 12	+12	NÃO DECL.	TOTAL
Área da pro- priedade								
0 - 10	3	1	1				2	7
10 - 20	2	5			1		1	9
20 - 50	1	5	2	2	1	1	2	14
50 - 100	2	3					1	6
100 - 200							1	1
200 - 300						1		1
300 - 500							1	1
TOTAL	8	14	3	2	2	2	8	39

Fonte: pesquisa realizada em 1973, junto aos migrantes

Conforme revela a tabela de nº 4, são as explorações de menor área (0 a 100 ha) que possuem o nível de renda mais baixo (fato confirmado pelos dados do INCRA) referentes ao período da realização da pesquisa. Aliás, o nível de renda da produção familiar é considerado como inferior ao necessário à reposição de seu "mínimo vital", segundo acentuou CÂNDIDO (1971).

A renda média anual do produtor familiar girou em torno de Cr.\$3.000,00, situação confirmada pelo INCRA nos dados atinentes ao ano agrícola de 1971/1972. Nessa época, ou seja, de 01/05/71 a 30/04/72, o maior salário mínimo em vigor no país era Cr.\$225,60 por mês, o que perfaz Cr.\$2.932,80 por ano, contando-se o décimo terceiro salário. Na mesma época, o INCRA registrou 1,6 milhões de imóveis, de 0 a 50 ha, na faixa de renda entre 3 a 6 mil cruzeiros. Ou seja, cerca de 80% dos imóveis com menos de 50 ha tinham uma renda bruta inferior a dois salários mínimos anuais (SILVA, 1981,p.108). Segundo tal classificação, trata-se de proprietários pobres, com uma produção cujo valor bruto era equivalente à quantia de, no máximo, dois salários mínimos anuais.

A presença das grandes e médias fazendas agravava tal problema, dificultando o acesso às terras mais produtivas, segundo asseverou WANDERLEY (1979) e o confirmam os depoimentos adunados:

"As grandes fazendas atrapalha...porque esses que tem 12 mil tarefas, 13 mil, 14 mil, esses num faz nada; a terra fica lã toda vida, sem fazê movimento nenhum com essas terras e se chegã um interessado em trabalhã e for pedir pra eles, eles num dã. Então o negócio é esse aĩ; fica a terra mofoando lã, num movimenta cum nada. Algum faz pastagem pra criar gado. É o que faz" (Migrante de Itaberaba).

"É, na roça num adianta trabalhã, devido que lã os fazendeiros cria gado solto. Então a gente planta com o maior sacrifício; começando a colheita, os infelíz (gado) larga os cantos de comer, chega lã, mete os peitos no arame, pronto, entra pra dentro, come. No outro dia o dono vai chegar e tã lã, dois, três garrotes numa roça, então ele e o capataz mete o pẽ atrás do dono da roça, ou o nego corre, ou ele mata um. Então fica os homens lã plantando e o gado comendo. O camarada vai se desgostando; vê aquilo, tem os filhos pra dar de comida; tem a mulher, tem ele mesmo; quando vê que num dã certo o jeito é dar no pẽ mesmo, porque ..."

Pesquisador: por que não faz o dono pagar os prejuízos ?

"Ah! Ah! e o que o pobre vai fazer na frente do rico ? Vai marchar ..."

Pesquisador: e se chamar a polícia ?

"Ah! Se reclamar a polícia fala: vou tomar providência. A providência é esta: sô no dizer que o pobre estava passando e o pobre precisa tomar cuidado pra não sair corrido da polícia. (Risos)".

Fica assim patente a impotência do produtor familiar perante a grande propriedade, o Estado e as autoridades que o representam nesse processo contínuo de favorecimento da concentração de terras e do refluxo que ela causa na pequena propriedade, situação essa ainda agravada pela mediação do mercado capitalista, que penetra em sua vida sem que ele se aperceba disso.

Em resumo, consoante já se salientou, o desenvolvimento da agricultura brasileira, ao longo deste século, tem tido como suporte principal a grande propriedade que assumiu historicamente um papel preponderante neste contexto, graças à proteção explícita e contundente do Estado. Este apadrinhou-a, reproduziu-a e a reproduz econômica e politicamente, através de mecanismos específicos que vão desde a doação de terras em sesmarias, à Lei de Terras⁶, até os incentivos fiscais e financeiros da política agrícola atual.

4.1.2. As relações de trabalho

No presente estudo, os camponeses encontram-se divididos em categorias distintas: pequenos proprietários, arrendatários, agregados e assalariados rurais. Trata-se mais precisamente de uma amostra composta por 62 migrantes sazonais, assim distribuídos, em termos de sua posição na estrutura produtiva da região: 43 proprietários (sendo 4

filhos de proprietários), 2 arrendatários, 1 parceiro, 1 agregado, 2 "autônomos" da zona urbana e 13 assalariados rurais.

Desse total, 69,3% detêm a propriedade dos meios de produção, percentual esse representado pelos 39 entrevistados que declararam ser proprietários "stricto sensu", sendo que 4 afirmaram trabalhar na terra dos pais. Dos 39 proprietários jurídicos da terra, 30 possuem glebas com menos de 50 ha e sua renda anual provém da venda de uma parcela da produção do milho, feijão, mandioca e outras culturas e desempenham atividades, em seu conjunto, consideradas como de subsistência. Em alguns casos, verificou-se a produção de mamona e fumo em pequena escala, isto porque — especificamente — no caso da mamona, os fazendeiros desestimulam e combatem até pela violência a sua plantação, porquanto ela intoxica o gado.

A mão-de-obra dessas unidades produtivas é constituída fundamentalmente por membros da família, sendo raros (apenas 3) os casos em que se contratam assalariados temporários e, mesmo assim, esses contratados compõem o universo de amizade e parentesco do camponês, aos quais, frequentemente, são pagas quantias irrisórias. Esses fatos vêm confirmar a proposição de que o campesinato constitui uma classe social marcada pela presença da força de trabalho familiar e somente nos casos em que esta não basta para aten-

der aos momentos críticos do ciclo agrícola — nos quais as tarefas exigem rapidez e mais braços — é que se parte para tal ajuste.

Essas circunstâncias não podem, em absoluto, induzir ao raciocínio de que o camponês esteja acumulando um "excedente"⁷ que permitiria contratar mão-de-obra assalariada. Na verdade, o salário pago é retirado do "quantum" que deveria servir à reposição de seus meios de vida. Além disso, é possível que o pagamento feito ao ajudante advenha do seu assalariamento em São Paulo e que o trabalho deste apenas complemente o do camponês, na fase do ciclo agrícola em que a mão-de-obra familiar não é suficiente para a execução dos serviços existentes.

Em um ou outro caso, devem ser evocadas as reflexões de SANTOS (1978, p. 43): "Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial de relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva cam-

ponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês."

Tanto assim é que a sua receita, conforme se deduz da tabela seguinte, variou de Cr.\$ 500,00 a Cr\$10.000,00 e ao ser dividida pelo número de pessoas que trabalham na propriedade, assume proporções ínfimas e ratificam plenamente o que foi dito acima.

TABELA Nº 6

RECEITA ANUAL E NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA PROPRIEDADE

Receita anual em Cr.\$	500	1000	2000	3000	4000	5000	6000	7000	Não Sabe	TOTAL
Nº pessoas q. trab.na prop.	a	a	a	a	a	a	a	a		
	1000	2000	3000	4000	5000	6000	7000	10000		
1 - - - 4	2		2				1		2	7
4 - - - 6	2	2	2		1	2	1	1	4	15
6 - - - 8				2					1	3
8 - - - 10				1					1	2
10 - - - 12	1				1					2
+ 12					1		1			2
NÃO DECLARADO		1	1	1					5	8
TOTAL	5	3	5	4	3	2	3	1	13	39

Obs.: 30 propriedades correspondem a 50 ha. As demais se referem a propriedades maiores de 50 ha.

Juntamente com os proprietários, foram entrevistados alguns agregados, arrendatários e parceiros, cujas relações de trabalho na origem lhes permite uma certa liberdade que lhes facilita a vinda para o Sul, inclusive sua permanência aqui em São Paulo, diferentemente do que ocorre com os proprietários, que retornam à região de origem.

Além disso, 20,9% dos entrevistados formam a categoria dos assalariados rurais na origem, que residem na companhia dos parentes. Todos aqueles que não possuem terra, via de regra, radicam-se com maior facilidade no Sul, devido às dificuldades econômicas encontradas no Nordeste. Mas, de qualquer forma, apresentam um forte apego à terra natal, referindo-se frequentemente "ao amor que existe lá na Bahia", à amizade, à solidariedade etc.

Embora para os agregados seja mais fácil migrar pois não têm a propriedade da terra, ainda assim sofrem pressões dos grandes proprietários de terras:

"Eles [os fazendeiros] querem que a pessoa fique a vida toda trabalhando pra eles ali, por mícharia, né?"

E por isso eles

"encrespam mesmo porque a pessoa sai para vir traba-

lhar aqui".

— E o Sr. já foi agregado?

"Fui, porque nasci na fazenda, mas depois que eu casei eu vi que era triste, moro na rua sofrendo, mas não moro em fazenda dos outros." (Migrante de Itabera-ba, 12 viagens, uma vez permaneceu em São Paulo, por três anos).

Por outro lado, o camponês produz uma parcela pouco significativa de produtos — dada a dificuldade econômico-financeira em que vive — embora isso não pudesse ter sido pesquisado nos locais de origem com maior rigor. Os depoimentos abaixo evidenciam que o camponês encontra-se irremediavelmente submetido à condição de extrema precariedade:

"O pessoal vem da Bahia por causa do fracasso; fracassou muito na Bahia, porque eles luta e num pode adquirir nada lá. Então eles diz: Meu Deus, o que eu vou fazer? Vou pra São Paulo, pra ver se nós adquire um dinheirinho pra viver com nossa família. Eu mesmo vim num fracasso muito grande. Eu pensava assim de minha vida: Meu Deus, o que vou fazer com essa família, cum 12 filhos pra dar conta. Então eu vim. Vim, viajei, fiquei em Minas, cortando madeira, fazendo tijolo, fazendo telha, fazendo roça pra podê vir pra São Paulo."

"Eu plantava milho e feijão pra ver se adquiria algum dinheiro pra comprar uma terrinha. Trabalhei que

nem um leão e num fiz nada. Então eu digo: eu vou pra São Paulo."

"Eu já fui viramundo. Rodei que nem pião por esse mundo afora e também num fiz nada. Foi por isso que eu vim ..."

Deve-se acrescentar a esse quadro narrado pelo camponês, o fato de que muitos dos ocupantes da propriedade familiar freqüentemente se deslocam para as propriedades maiores em busca de trabalho, dividindo a semana entre estas e sua roça. Esse fato, somado aos anteriores patenteiam a difícil situação do camponês, que já perdeu ou está perdendo até mesmo sua capacidade de se reproduzir socialmente.

A maior parte dos entrevistados revelou ser casada e possuir, em média, 4 filhos e 7 irmãos, o que pode ter relação com fracionamento das propriedades por herança e sobre a conseqüente proliferação dos minifúndios, anteriormente citada.

Não se pode esquecer ainda, que muitas das propriedades adquiridas pelos migrantes, o foram graças ao seu assalariamento em São Paulo. Dados do Censo Agrícola de 1960 mostram que 60% do acréscimo do pessoal ocupado no setor primário no Estado da Bahia (cujo total foi da ordem de 932.143 pessoas) encontram-se alojados em propriedades com menos de 50 ha. A situação particularizada dos entrevista-

dos parece confirmar essa tendência geral.

Foi também constatada na pesquisa a intensa recorrência ao trabalho "fora da propriedade", da mesma forma que a migração de irmãos para o Sul ou outras regiões.

É possível que essas práticas estejam ligadas à estagnação da zona de origem, à necessidade de suplementar a renda familiar, ou ainda, ao sonho sempre referido de adquirirem também os irmãos um pedaço de terra para si próprios. O caráter da migração dos irmãos aparece na tabela nº 7, construída a partir das informações dos migrantes.

TABELA Nº 7
Migração de irmãos

região de destino	migr. sazonal Nº (%)	migr. definitiva Nº (%)
Interior de São Paulo	27 9,0%	2 0,5%
São Paulo	3 1,0%	18 6,0%
Outras reg. do Estado		6 2,0%
Outros Estados	1 0,1%	2 0,5%
TOTAL	31 (10,1%) ⁺ ₋	28 (9,0%) ⁺ ₋

Trinta e um dos entrevistados revelaram possuir irmãos que desempenharam atividades sazonais em usinas de açúcar deste estado e outros 28 já se encontravam definitivamente estabelecidos aqui ou no Paraná. Além disso, o número de irmãos dos migrantes soma a 300 aproximadamente.

Outra tendência importante, verificada na pesquisa, diz respeito à incorporação do trabalho feminino tanto nas atividades de subsistência, como fora delas. Dos 61 questionários respondidos, computaram-se os seguintes dados sobre as mulheres: 35% das mães vivas e 40% das esposas exercem atividades na lavoura, e 10% das esposas ocupam-se em outros serviços, tais como, o trabalho doméstico e a costura.

No que concerne ao trabalho feminino em especial, há importantes revelações que carecem de melhor esclarecimento. Em primeiro lugar, as mulheres aqui radicadas — esposas ou filhas dos migrantes estabelecidos em São Paulo — revelam que não mais desejariam retornar para a região de origem porque desempenham lá um trabalho extenuante:

— "Sabe por que as mulheres gosta mais de ficar aqui do que na Bahia? Porque na Bahia as mulheres trabalha mais que os homens e aqui os homens tem que trabalhar mais que as mulheres. Lá eles trabalha quando cisma, né?"

— Pesquisador: e como as mulheres trabalham mais?

— "Trabalha na roça lã, num duro que precisa vê. Trabalha quase o dia e a noite. Raspando uma palha que tem lã, que as mulher sô falta morrê de raiva pra raspã ele. Ah! A Bahia é triste".

— "Sabe como é que lã fica os dinheiro pras mulher? As mulher tem que entrã dentro de um matão pior do que cana pra pegar aquele carocinho lã no chão e não vai fazê aquele serviço, que é serviço de mulher; por isso elas vão. Homem tem uma roça pra trabalhar; no tempo bom ele vai na roça, senão fica em casa sussegadão e as mulher que tem que ir".

— Pesquisador: procurando o licuri?⁸

— "Poís não, É por isso que eles gostam de lã".

— "É verdade, na Bahia num tem serviço pra mulher; serviço de mulher é palha, licuri, essas coisas, mas o homem é arrumando emprego também. E não arrumando, fica parado mesmo, brincando".

— Pesquisador: e como é essa palha ?

"O povo cata aquela palha e raspa, tira aquele pō, vende e pega o dinheiro. Diz que serve pra fazê plásticos, faz louça. Então a gente raspa aquilo pra viver e os homem não gosta de fazer aquele serviço, porque diz que é serviço de mulher".

— Pesquisador: e vale bem ?

"Ah! O quilo acho que custa Cr. \$1,50. O quilo é quatro litro. Prã fazer un quilo leva um dia todinho. E

quem compra é um cara que leva pra Samba, né? Onde faz louça."

Observe-se, pelo seu discurso, que a principal reclamação das mulheres diz respeito ao trabalho que são obrigadas a realizar fora da esfera doméstica, precisamente quando se torna necessário aumentar a renda familiar para acorrer os gastos com o mercado.

Existe ainda, dificuldade em obter empregos considerados adequados para as mulheres e, mesmo assim, os homens, devido à precariedade de conseguir trabalho, disputam com as mulheres a atividade de colher o licuri, principalmente os assalariados.

De qualquer forma, as mulheres acreditam trabalhar mais do que os homens e frequentemente se referem a isso denotando grande mágoa. Acham, via de regra, que os que ficam em casa são vagabundos. Os homens, por sua vez, não aceitam essa versão, admitindo estar amiúde à procura de serviço e só concordam com a imputação feita a eles, desde que seja reconhecida a sua impossibilidade de encontrar trabalho:

"É verdade. Na Bahia num tem serviço pra mulher; serviço de mulher é palha, licuri, essas coisas. Mas o homem tá arrumando emprego também. Agora, não arrumando emprego, também fica brincando. É um dia aqui, outro

alã. Fica parado mesmo, pois não acha emprego".

"É, lã os homens vive mais folgado".

"Lã é mais folgado por causa das festa. Os baianos ficam loucos pra ir embora, pra tirar o atraso do serviço daqui, mode farrear na Bahia. É pra dançar. É por isso, menina. Lã eles trabalha mas não é a mesma coisa ... Lã eles trabalha quando cisma...". (Mulher de um entrevistado).

O rancor manifestado pelas mulheres deve estar ligado provavelmente à falsa percepção de que os homens são os responsáveis por sua situação de miséria e exploração. "Ao invés de atribuir a culpa à sua situação geral, elas com frequência sentem que eles falharam em preencher suas obrigações". (MARTINEZ - ALIER, 1977, p. 96).

O processo migratório que se desenvolve entre as regiões revelou um padrão que não escapou à pesquisa: os informantes com mais idade, de um modo geral, trabalharam durante dois ou três anos nos Estados do sul em atividades diversas; entre esses, 6 trabalharam anteriormente na construção civil, 8 na zona rural da Alta Paulista, integrando turmas de peões contratados para empreitadas. Após esse período, decidiram-se pelo trabalho como safristas, em usinas, onde vem se empregando iterativamente há mais de 12 anos.

A experiência adquirida por esses migrantes mais

idosos nas diversas modalidades de trabalho anteriores e a liderança que em decorrência disso passaram a exercer sobre os grupos de migrantes, contribuíram para que passassem a desempenhar um papel importante na vida dos novos migrantes, para os quais servem de orientadores e conselheiros sobre o desempenho exigido dos trabalhadores pela usina. Transformam-se, com o decorrer do tempo, em homens de confiança da usina, em "turmeiros" que facilitarão o trabalho de "adaptação" dos migrantes na nova atividade.

Por tudo o que se viu, fica claro que a produção familiar em estudo torna-se impotente para manter-se enquanto reprodutora de seus meios de vida. Daí a dificuldade de identificar nela um "projeto camponês" em busca de sua autonomia :

"Acontece que lã a abôbora chega, às veis, a 12 milhão. Então a gente planta e, quando vai vender, tã 2 milhão. Aí a gente perde.

"Lã a gente reserva um pouco pra família e vende o resto. Agora, se faltã a gente tem que se virã. Vende uma criação, vende o milho que guardou, vai caçar. É uma vida muito dura, a de pobre".

"Dã-se o seguinte: certos anos dã pra plantar; quando vem a seca, quando não tem terra boa, perde 1 ano, 2, 3. Então nōs planta outra vez. A gente ganha 40, 50 contos e perde 1.00. Desse jeito não dã, num po-

de ir pra frente, sô pode ir pra trais. É por isso que a gente vem."

"Trabalhar na roça num ajuda ninguém; dá muito mal. Pra viver a pulso e ôia lã."

"Bom, lã na minha região eu acho que os problema é dos fazendeiro. Porque tem aquelas propriedade boa que dá muita cultura e num solta pra pobreza. Já há aqueles lugar que num dá cultura nenhuma. Então quer dizer que o pobre sô vive na cumieira. (Risos)".

"Lã a família vai aumentando, armazém, uma coisa outra, chega no fim do mês é aquilo mesmo. Num tem. Morre de fome não morre, mas falta dinheiro."

A luta entre capital e trabalho tem início quando se estabelecem as relações de troca entre eles. É através dessas relações com o mercado capitalista que o camponês vai sendo gradativamente despojado de sua "auto-suficiência" enquanto pequeno produtor.

Além disso, a aquisição desses bens compromete ainda mais a sua já precária reivindicação de "auto-suficiência", na medida em que a rentabilidade de seu trabalho irá para as mãos do comerciante, que se apropriará de seu lucro na exata medida em que puder concentrar a produção dispersa das unidades familiares e manipular sua oferta nos centros urbanos de consumo. (WANDERLEY, 1979).

A dependência do mercado, corolário dessa re-

lação, obriga o camponês a fornecer para esse mercado, com fins de aumentar sua renda global, uma fração de trabalho suplementar, paga a preço mais baixo, que faz baixar a média de seu pagamento coletivo. Nessa fração de trabalho complementar, consoante se viu, estão presentes o trabalho de sua mulher, de seus filhos menores, de seus pais etc.

A única saída para ele aparece sob a forma de migração que irá transformá-lo em miserável "bóia-fria" / volante, no Sul. A partir dessa difícil realidade é que se inicia o processo de multiplicação de fluxos migratórios que, aliás, recrudescem nos últimos anos, levando um grande contingente populacional a perambular desordenadamente por todo país.

As entrevistas mais recentes informam que esse fluxo tem permanecido com a mesma intensidade de antes, o que pode confirmar a complementariedade entre o desenvolvimento especificamente díspar que se faz em cada uma das regiões estudadas.

Nessa luta desigual é visível que o camponês é o vencido. O capital se impõe a ele com sua força preponderante da qual ele não se apercebe e, por conseguinte, não tem condições de enfrentar. Se é certo que nessa luta heróica e cotidiana, o camponês revela-se como o perdedor que parte

em busca do trabalho assalariado, também é certo que, no caso, o próprio capital é quem contribui para a manutenção de sua propriedade e para a reprodução da força de trabalho familiar; é quem, paradoxalmente, alimenta a presença de uma comunidade utópica, ainda que estropiada no bojo do seu desenvolvimento capitalista.

Trata-se de uma luta surda, cotidiana, desigual e impositiva na qual, porém, o vencedor se obriga a recriar o seu vencido. Uma hegemonia dessa ordem não pode invalidar o fato de que os produtores familiares apareçam nesse contexto como uma classe secundária, embora não menos caracterizada.

4.2. O assalariado temporário nas usinas

O caráter sazonal das atividades da agroindústria açucareira conduz, durante o período da safra, a uma intensificação do uso da força de trabalho sub-remunerada na produção familiar nordestina estanca, incapaz de se reproduzir economicamente. Quando a sobrevivência do camponês é ameaçada, ele migra, embora a migração contrarie os interesses da grande propriedade, ávida pela mão-de-obra abundante e barata. Esse mecanismo passa a beneficiar o capital na região de destino, principalmente a partir dos anos 50.

Para situar o trabalho do migrante sob tal en-

foque, mister-se faz tecer alguns comentários sobre as reais condições que presidiram a instalação das usinas de açúcar no Estado de São Paulo. O Centro-Sul como beneficiário de um parque industrial privilegiado, vai se transformar em "locus" no qual a indústria deverá substantivamente subjugar a agricultura. Através do apoio econômico-financeiro e político do poder estatal — via atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), especialmente — as usinas de São Paulo sofrem, nos últimos anos, o chamado processo de "modernização conservadora"⁹.

Por outro lado, a legislação trabalhista, — representada pelo Estatuto do Trabalhador Rural (E.T.R.), Estatuto da Terra (E.T.) e pelas próprias reformas introduzidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.) — oferece à agroindústria os subsídios necessários, dotando-a de um sentido "moderno" e "racional" que transcende as tradicionais atitudes paternalistas do senhor de engenho. A usina busca, assim — baseada na própria natureza da exploração que desenvolve, cujos ciclos de moagem e de parada se alternam sazonalmente — novas modalidades de contrato de trabalho, às quais corresponderão novas alterações legais de ordem trabalhista que possibilitem atender ao seu objetivo precípua de maximizar as taxas de acumulação. Aliás, o ETR, o ET e a CLT vêm todos institucionalizar, entre outros objetivos, esse tipo de relação assalariada.

A necessidade de atender à "premência" da safra, institui, assim, o contrato por tempo determinado, horista no caso, que se harmoniza inteiramente com os objetivos do capital. O Estado, por sua vez, passa a estabelecer as diretrizes jurídicas imprescindíveis de dominação, que possibilitariam reorganizar as novas relações de produção dentro da usina, de forma a atender essencialmente os interesses da agroindústria.¹⁰

É óbvio que nessas condições, o descompasso econômico e político que se estabelece entre o empresário e os assalariados — temporários ou permanentes — torna os últimos praticamente impotentes de defender, via Estado ou legislação pertinente, os seus reais interesses de classe. Ademais, o empresário, individualmente ou como classe, tem acesso às agências governamentais, aos bancos, à contabilidade de custos, à garantia de preços mínimos para suas mercadorias, aos incentivos fiscais, às facilidades para exportação, às reservas de mercado, contrariamente ao que ocorre com o produtor familiar em estudo.

Apesar de o Nordeste haver recebido também a ajuda governamental necessária ao desenvolvimento de seu parque industrial e mesmo agrícola, é forçoso reconhecer que São Paulo foi o Estado que recebeu as maiores facilidades institucionais que garantiram o seu crescimento. Esteve sempre à frente desse desenvolvimento graças aos incentivos do

Estado que ratificou a sua posição hegemônica em relação aos demais estados. Por esse motivo é que São Paulo vai aparecer como o grande centro de atração sobre o qual recairão, doravante, as atenções dos migrantes. Tanto assim é que os mais idosos, antes de se encaminharem definitivamente para São Paulo, tiveram algumas experiências de trabalho em outros estados (Paraná, Minas etc.) até que pudessem amealhar recursos para se fixarem neste estado, e isso não apenas pelas melhores ofertas de emprego, mas também pelos salários que, segundo palavras de um dos migrantes, *num confere com os outros Estados.*

Aliás, de acordo com o que assinala RIBEIRO (1978, p. 99): "é na consideração deste tipo peculiar de indústria inserida no meio rural e na sazonalidade do seu funcionamento, em correspondência ao próprio período de maturação da matéria prima que emprega, que se deve buscar os motivos de atração sobre os trabalhadores que compõem sua estrutura produtiva. Consubstanciam-se estas razões na perspectiva de maiores salários durante a moagem e se fazem sentir desde os proprietários de caminhões de transporte que nessa época prestam serviços exclusivamente às usinas, ao bôia-fria empenhado no corte da cana, passando pelos trabalhadores permanentes da parte agrícola, aos operários qualificados da seção de fabricação e das oficinas, até aos operários contratados especificamente para a safra."

As usinas não contam, ademais, com o antigo processo de imobilização de mão-de-obra, porque atendendo às necessidades de sua produção e à própria racionalidade que se instala em seu interior — e no afã de aumentar a área plantada e de subordinar completamente a mão-de-obra ali existente — extinguiu quase que inteiramente a figura do "colono" de suas áreas, expulsando-o para as cidades vizinhas ou ainda para regiões mais distantes. Conforme constatou RIBEIRO (1978, p. 100), esses trabalhadores expulsos são admitidos em menor proporção que os nordestinos, na qualidade de serventes, para atender às necessidades industriais da fabricação do açúcar.

"A contratação desses exemplifica, na prática, os novos aspectos que as relações de intercomplementariedade e dependência, historicamente estabelecidas no setor agrário entre a pequena propriedade e os grandes estabelecimentos, assumem com o desenvolvimento capitalista. Se para os migrantes o trabalho sazonal representa uma forma de complementar a renda insuficiente auferida na região de origem, para as usinas a sua contratação representa a garantia de uma parcela de mão-de-obra em total disponibilidade, pronta a enfrentar o ritmo intenso e a extensão da jornada de trabalho, impostos aos trabalhadores durante o período de fabricação, liberando-as de qualquer compromisso de emprego ao término da safra" (RIBEIRO, 1978, p. 101).

Destarte, essa subordinação aos rigores e às

exigências da empresa — dadas as condições em que se encontra na região de origem — revelam-se como a única alternativa de sobrevivência.

Se por um lado, a exploração da força de trabalho que grassa na região de origem o impede de acumular um excedente, por outro, no Sul, a sazonalidade da produção agrícola constitui óbice à absorção permanente de seu trabalho, o que terá profundas influências em sua organização política enquanto classe. Além disso, o nível de remuneração, apesar de ser o mais alto do país, deve sua elevação em parte à adoção do regime jurídico das horas-extras e outros expedientes predatórios da força de trabalho.

A noção de precariedade do salário na região de origem, ainda que pensada juntamente com a renda advinda da pequena produção, leva o migrante frequentemente a admitir que o salário ganho no Sul é que lhe possibilita adquirir terras, gado, um garrote, carneiro etc., além de auxiliá-lo a efetuar os gastos necessários à compra de bens que devem ser conseguidos no mercado, conforme deixa transparecer em seu discurso:

"No serviço aqui a renda é mais. A gente trabalha cinco, seis, sete meses aqui, quase num precisa trabalhar mais lá".

"Tudo minhas coisas, tudo o que eu tenho foi feito na usina São Martinho". (Migrante, 68 anos).

"Aí, eu comprei uma fazendinha na beira do rio, puxei o gado ligeiro, que estava passando sede e foi

assim que o gado salvou-se. Homem fraco como eu num podia perder tudo o que ganhei na usina".

O salário do migrante sazonal na indústria é determinado segundo a duração do trabalho: trata-se do chamado trabalho por unidade de tempo, segundo o qual ele se obriga a trabalhar quatro horas por dia, além das oito horas que constituem a jornada normal de trabalho. As horas extras são remuneradas com base no acréscimo legal de 20% sobre o valor da hora normal para as duas primeiras e 50% para as duas últimas. Mediante a extensão da jornada de trabalho diária e, ainda, com o sistema de "dobras" de 15 em 15 dias, quando uma equipe descansa e outra faz os dois turnos, isto é, 24 horas de trabalho ininterrupto, o migrante obtém um salário várias vezes maior ao que conseguiria no local de origem. Segundo os entrevistados, os salários naquelas regiões variavam, em 1973, de Cr\$100,00 a Cr\$170,00 mensais, havendo, porém, poucas ofertas de emprego. Nas usinas percebiam, no mesmo ano, em média, de Cr\$900,00 a Cr\$1.000,00 mensais. Sendo registrados, participam do sistema previdenciário, recebem o salário família mensal, o 13º salário e as férias proporcionais aos 6 meses que comumente trabalham e o FGTS pode ser levantado quando termina o contrato de trabalho.

Nessas circunstâncias, o montante do salário recebido, em média, pelo migrante, revela-se muito mais compensador se comparado com a renda auferida na região de origem, atingindo em 1981, a quantia de Cr\$35.000,00.

É preciso considerar, no entanto, que esse salário é conseguido através do extenuante prolongamento de sua jornada de trabalho. A modalidade de trabalho adotada pela empresa — o salário hora — faz com que o migrante, inobstante repudie as condições de trabalho existentes no interior da usina, justifique frequentemente a extensão de seu turno laboral pelo montante do salário recebido. Ou seja, quanto mais horas trabalhar, maior o seu salário. Esse enganoso raciocínio o impede de detectar as reais causas da intensa exploração que é inerente a essa modalidade de trabalho. LOPES (1976, p. 100) abordou os aspectos contraditórios de seu cálculo econômico com muita propriedade: "Apesar do sofrimento causado pela enorme jornada de trabalho, o profissionalista justifica sua permanência na moagem através da vinculação do seu salário ao tempo de trabalho dispendido. O peso cotidiano dessas condições de trabalho, ao invés de dissociar o aspecto favorável do salário do aspecto desfavorável da jornada de trabalho e perceber, assim, o caráter contraditório e o círculo vicioso de seu cálculo econômico — como poderia pensar um observador externo — o profissionalista, ao contrário, percebe suas condições de trabalho como constitutivas de sua própria categoria e, assim, de certa forma justificadas. Quanto maior a jornada de trabalho, maior o salário — tal o aparente truismo que sustenta o cálculo econômico do profissionalista no seu trabalho". É o que se constata dos depoimentos que seguem:

"Agora mesmo nós tem um salário bom na usina. Pega aí uns 800 contos, um milhão por mês; nós trabalha 12

horas por dia, todo dia 12 horas, sem faltar um minuto e dia de domingo assim, nōs trabalha 24 horas; começa dia de domingo às 6 horas, larga 2a. feira de manhã cedo, às 6 horas. Direto".

"Eu trabalho na turbina que fã é um trabalho mais pesado. É, a boca é mais quente".

"Esse aĩ, trabalha num serviço que merece intē ganhar mais do que nōs, o patrão tendo consciēncia. Porque onde faz a produção é ele. O açúcar, aquele açúcar branco que sai, é ele que faz. Trabalha na turbina onde o açúcar branco sai. Por isso o trabalho dele — e eu reconheço — merece ganhã mais do que nōs. Porque ele trabalha num serviço que tem quentura; às vezes fica em pē o dia todo. O meu não. Quando eu enjōo de ficar sentado eu fíco em pē, quando eu canso de ficar em pē, eu sento. o seu Antonio merece ganhar mais... Sabe o que é um homem enfrentar uma boca, doze horas pegando saco de 60 quilos? Aĩ, quem reconhece paga mais. {Comentário de um migrante sobre o trabalho de um companheiro}.

Especificamente para o camponês-operário, a associatividade em torno da reivindicação por melhores condições de vida e de trabalho no interior da usina é encarada com suspeita, por vários motivos: em primeiro lugar, porque a agregação pode, em última instância, representar uma ameaça ao prolongamento da jornada de trabalho, o que, sem dúvida, não lhe interessa, face à consequente redução de seu salário; em segundo, pode implicar na instituição de um contrato de trabalho permanente — antiga reivindicação dos trabalhadores radicados em São Paulo — o que também, de uma forma geral, não convém ao migrante; e ainda porque a sua reivindicação pode revelar-se

para a usina como uma atitude de insubordinação, sempre punida com a dispensa sumária do emprego. Esses temores ficam evidenciados em sua fala:

"A gente veio aqui para ganhar mais horas. Eles daqui não. Nós não vem aqui para escolher serviço, que nem o paulista escolhe. Então se mandã pegã uma cobra com a mão, nóis tem que pegã (risos). É, enrola um pano na mão e pega... E pro paulista não interessa isso. Ele quer ganhar oito horas".

"Então eles tem interesse em dispensã o empregado e o empregado tem interesse de ir embora. E os paulista, como é que fica?"

"Eles aproveita o baiano sô seis meses; aĩ eles goza meia fêrias, paga o 13º mês, dispensa ele, o fundo de garantia fica aĩ, ou leva".

"Baiano não é homem de bagunça. É por isso que eles dã preferência aos baiano, viu? São firme no serviço."

"Acontece o seguinte: a gente vem de lá, tem as necessidades de trabalhar... Se fazê bagunça, responder mal pro chefe, muitas vezes, perde o dia, perde o emprego."

Outro constrangimento que envolve o trabalho do camponês-operário está ligado à hierarquia existente dentro da empresa, típica de todas as empresas capitalistas. Foi detectada na pesquisa e explica, em grande medida, o dispêndio violento de força física que o migrante é instado a fazer durante a sua permanência nos serviços de servente da usina, condição regular de quase todos os que vêm para São Paulo.

Na verdade, impossibilitado de executar qualquer trabalho especializado, o servente precisa compensar essa "debilidade" mediante um esforço redobrado que possa referendá-lo como um dos "eleitos" pelo pessoal da usina e dos turmeiros. "Com efeito, desprovido da arte das características do *fazer* do artista (...), não tem nenhuma produção tangível, onde ele reconheça sua participação própria, a lhe justificar o salário. Ao contrário (...) tende a justificar o seu salário pelo grande número de horas trabalhadas (...) (LOPES, 1976, p. 104).

O Camponês-operário, na qualidade de servente da usina, procura superar a limitação profissional (que entende como sua), com a total disponibilidade que oferece à empresa e que, via de regra, invade até a sua esfera doméstica; conforme sua visão de mundo, a ele só resta o *orgulho* de resistir bravamente à longa e extenuante jornada de trabalho porque *"os baiano que vem pra cá só vem pra trabalhar. O que mandar fazer nós faz, baiano nenhum enjeita serviço."* Entende que não há chance de *"acompreender nenhuma arte e poder ficar até aqui mesmo em São Paulo."* Sua vida se transforma, assim, numa ciranda de misérias, porque não tendo nenhuma especialização, esforça-se por compensar sua "limitação" mediante um empenho redobrado no trabalho, sem se dar conta de que é exatamente o caráter exaustivo das atividades que é compelido a executar (e que demandam todo o seu tempo) que o impede de adquirir a especialização desejada:

"Aqui nós já sabe: quem não tem profissão tem

que lombã lata de concreto, lata de terra, tudo..."

O interesse que todos demonstram pelo prolongamento da jornada de trabalho do camponês-operário, a começar por ele mesmo é um dado que sobressai em toda pesquisa. Trabalha 12 horas por dia, aproximadamente, às vezes mais, satisfazendo, destarte, ao empreiteiro — via de regra, seu conselheiro e protetor — ao chefe, ao usineiro e seus prepostos. Para a consecução desse objetivo, verificou-se o empenho dos mais idosos, visando a sujeição do migrante aos respectivos chefes e à disciplina imposta pela fábrica, o que é conseguido mediante a assertiva de que o bom desempenho do migrante é uma das condições indispensáveis à garantia de uma vaga para o próximo ano. Por esse motivo é que, frequentemente, se depara na pesquisa com depoimentos deste teor:

"João, sabe quanto foi hoje? Nove mil e 100 sacos. A boca esquentô. Carregamo 32 caminhão, inclusive tem mais 10 carretas de 500 sacos. Hoje não foi fácil. Amanhã é só caminhão encostando outra vez."

"Eu trabalho no vaporador, vaporista. Mas mesmo no meu documento num marca, marca servente de usina, né? Quer dizer que onde eles mandarem eu, imediatamente vou. Trabalhava no vaporador, mas onde eles mandarem ir eu vô. Carregã pedra, carregã terra, eu vô: servente de usina!"

O discurso do camponês-operário revela a conclusão possivelmente mais importante da pesquisa: sua prática econômica já não mais pode ser entendida como composta de duas esferas distintas. Pelo contrário, ficou evidenciado que

ambas se complementam. Mesmo que pudesse permanecer em sua região de origem, ainda assim sua prática econômica deve ser entendida como uma *conciliação* entre a produção familiar e outro serviço qualquer. Além disso, em muitos casos, o assalariamento revelou-se concretamente como a sua atividade principal, consoante se verifica de sua fala:

"A Bahia é, às vezes, um lugar muito atrasado. Tanto que a gente vem por falta de um serviço, porque num tem lá uma indústria pro povo. Que nem nós que estamos aqui ganhando o dinheiro que precisa pra mandar pra família, se lá tivesse um serviço, uma indústria, um salário que fosse igual ao que tem aqui, nós não vinha, não."

"Não me fale do meu Estado, da minha terra natal que eu gosto muito de lá, mas eu tenho a minha responsabilidade, pra eu dā conta e lá pra nós, o nosso Estado não tem indústria. São Estado de pouco serviço, num tem serviço, num tem uma indústria pra você se defender. Às vezes você futura uma roça, a chuva falta um pouco, nos tempo de vingā a lavoura e a gente perde todo trabalho. São Paulo é a chave de todas as indústrias."

"Por que lá num tem indústria conforme tem aqui e o salário daqui num confere com o salário de estado nenhum. É por isso que eu tô vindo faz 14 safra. E deixo lá a minha família."

Observe-se que o camponês-operário já incorporou à sua existência a impossibilidade de permanecer unicamente com o trabalho realizado na pequena propriedade. Sempre que alude à sua permanência nela, verifica-se que está irre-

mediavelmente ligada ao trabalho avulso e sazonal. Ele não consegue retirar os meios de vida da sua condição de produtor familiar. E se é verdade que tem desenvolvido uma "estratégia de luta" contra o assalariamento objetivando manter a sua terra, neste estudo tal proposição restou demonstrada em muitos aspectos. A defesa de sua propriedade que está adjudicada à defesa da reprodução de sua família tem se imposto como elemento expressivo em seu discurso, mas concretamente já não mais consegue reproduzir-se sem recorrer ao assalariamento sazonal que, conforme já se viu, juntamente com o desejo de manutenção de sua terra, habita o seu universo econômico.

Fica bastante clara a divisão interior que essa prática econômica lhe impõe: reconhece o Sul (a usina) como necessário à sua sobrevivência, na medida em que está sempre reverenciando os salários maiores que lhe são pagos, ao mesmo tempo que, em determinados momentos, rebela-se contra o rigor e a dureza do trabalho que lhe são impostos pela usina. E então evoca a sua condição de proprietário, "livre", "trabalhador por conta", fórmula essa que utiliza também para se sentir um ser "superior", pertencente à "nação baiana" e por isso acima dos demais operários da empresa.

"Pelo menos nós temos um sítiozinho lá e quando vem as 'paradas' nós já estamos prontos pra ir embora; já os paulista não; não tem onde trabalhar nas 'paradas'; é por isso que eles reclama".

"Eu, pelo menos nunca trabalhei de empregado na Bahia. Lã nōs trabalha pra nōs mesmo... É isso aí, num precisa dar satisfação pra ninguém, quer dizer que nōs trabalhamos por conta; é o modo de nōs dizê que temo mais liberdade".

O fato de estar a meio caminho da proletarização e de ter consciência de sua difícil incorporação como trabalhador permãente no Sul na condição de operário faz com que se reporte sempre ao "medo do fracasso" de não poder pagar aluguel, de lançar a família no desamparo, no caso de vir definitivamente para o Sul:

"Não dã pra ficar com a família porque na sa-
fra dã, mas na parada não dã".

"A gente não pode ficar aqui. A gente tem umas despesas horrorosas. Tem as despesas daqui, tem na Bahia. Tem que ganhar dinheiro aqui, mandar pra casa. Tem as 'paradas', não dã. Tem família, tem casa lã. Não pode pensar em ficar pra sempre".

Como se vê, o camponês por várias vezes como proprietário e "autônomo" demonstra que se encontra em oposição ao não proprietário, situação que para ele significaria o fim de sua "liberdade". Ora, o "trabalhador por conta", o ser "fazendeiro de sua fazendinha", não tem respaldo na realidade pois ele não é senhor de seu sobre-trabalho (seu e de sua família) que como proprietário deveria possuir. Por força disso não é nem capitalista, nem autônomo. Essa "espécie de obcessão" está muito mais ligada a um ideal imaginário, à "ilusão

da propriedade" que para ele é a forma de fugir à proletarização sumária. "Embora proprietário da terra e dirigente da produção não é senhor de seu trabalho e nem consegue escapar à ameaça de proletarização" WANDERLEY, 1979, p. 104). O camponês não se dá conta de que não há oposição entre ele e o assalariado. Ambos representam categorias complementares de trabalho para manter acesa sua chama de "proprietário e dirigente de produção", alimentado pelo seu referencial ideológico.

5. REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS E PRÁTICA POLÍTICA

5.1. Considerações preliminares.

Foi visto no decorrer deste trabalho que o camponês não possui condições de se reproduzir socialmente no local de origem, o que o obriga a migrar para São Paulo. Diante do quadro econômico revelado, resta agora demonstrar como a dupla determinação do capital sobre o trabalho, permeada pelo seu desejo de manter-se como classe proprietária, norteia-lhe a vida e influi no sentido de sua organização política.

O seu discurso deve ser decodificado sob, pelo menos, dois ângulos que podem desvendar as suas relações com o capital, com o grande proprietário etc.; ou seja, através da apreensão da forma pela qual ele leva a efeito, no local de origem, a luta pela terra — pressuposto imaginário da sua autonomia — e por meio da percepção do modo pelo qual o processo de migração sazonal e sua permanência na usina apresentam-se, em sua mente, como "conditiones sine quibus non" para a consecução de sua perseguida independência. Além disso, cumpre verificar de que forma o seu vivido interfere em sua or-

ganização política enquanto classe.

Essa análise adquire um sentido mais rico e significativo, na proporção que procura revelar o papel do Estado nesse processo como agente viabilizador dessa luta e direcionador de seus resultados, sempre favoráveis ao capital.

Ver-se-á, também, que as contradições implícitas ou explícitas desse enfrentamento desigual de forças, estarão sempre a se recriar no campo. Em resumo, o que se pretende neste capítulo é analisar a maneira pela qual os sujeitos concebem (no imaginário) suas relações com as condições reais de existência; "significa reportar a análise da ideologia ao vivido humano e ao terreno da experiência concreta dos atores sociais" (DURHAM, 1979, p. 4).

5.2. O camponês e seu projeto de "auto-suficiência"

Consoante já se aventou, o camponês se acha preso, desde os primórdios do século, a uma teia de relações sociais marcadas pela hegemonia e subordinação impostas pelo capitalismo. De 1888 até os dias atuais, os trabalhadores de um modo geral foram sempre "trabalhadores livres" de tal forma que a autonomia, que marcou as relações de produção no período feudal em países europeus, nada tem a ver com os laços precários que o camponês possui com a terra, no

Brasil, liames esses que são a expressão da organização familiar, da reprodução da força de trabalho, da solidariedade advinda desse contacto etc. "Com efeito, para o nordestino comum que vive nos campos, seu destino pessoal se esgota em uma vida comunitária rudimentar sem qualquer dimensão política. Ora, o homem que não participa diretamente de uma sociedade política organizada não toma consciência de que o mundo em que vive pode transformar-se mediante a sua ação pessoal. Sua atitude é de passividade ou de total submissão àqueles que controlam o Poder"(...) (FURTADO, 1964, p. 146). Embora deva-se ressaltar as Ligas camponesas e outros movimentos sociais.

Todo esforço que desenvolve para garantir sua propriedade, no que é auxiliado fundamentalmente pela incorporação do trabalho familiar e pelo seu assalariamento temporário, redundando, por vezes, precário e inútil. E, assim, por mais que se desvele nesse mister, vê fugir do seu controle as possibilidades de manter sua "autonomia", ou "auto-suficiência", circunstância essa que ele não consegue concretamente justificar, porquanto é incapaz de dissociar o esforço cada vez maior que despende na tentativa de garantir sua condição de pequeno produtor, da sua condição de subordinação, que se dá, à sua revelia, na esfera do real.

Os depoimentos que se seguem dão conta dessa incapacidade de compreender e interromper esse processo:

"Eu tenho uma velha, 5 filhos, meu pai, minha mãe e os irmãos que trabalha comigo e não é por falta de terra que nós não produz, não. É por falta de uma ajuda, é porque nós não tem um dinheiro pra tocã, num tem água e se perdê uma produção, duas, nós perde tudo..."

"A nossa vida é apertada. A gente trabalha muito mas num tem nada. O camarada trabalha aqui, trabalha lá, a família, os irmãos trabalha e num tem nada. É só trabalhã, trabalhã, oito, dez, doze horas e num guarda nada."

Ele se vê assim compelido a realizar um trabalho sempre maior em razão da qualidade de suas terras, das águas, da existência da seca etc. Segundo adverte LENIN (1975, p. 163) "o pequeno cultivador é forçado a opor às vantagens (da grande exploração) um esforço sem trêguas e a parcimônia (ele não tem outras armas na luta pela existência) e é por isso que, na sociedade capitalista, estas qualidades do pequeno cultivador são um fenômeno constante e inevitável, e jamais um acaso. O economista burguês (...) chama isso de virtudes da economia, da frugalidade etc... e considera um mérito do camponês. O socialista chama isto de "sobre-trabalho" e "sub-consumo" e atribui a culpa ao capitalismo."

Sua reivindicação fundamental —porque não vislumbra as reais condições que o oprimem — está voltada à ma-

manutenção da propriedade jurídica da terra onde vive e que adquiriu mediante a compra, herança ou ainda pelo pagamento aos irmãos dos direitos hereditários sobre a herança. "A propriedade da terra aparece como determinante da autonomia do camponês (...) Essa autonomia é construída em oposição à sujeição a um proprietário que a não-propriedade acarretaria" (SANTOS, 1978, p. 137). Luta para não se subjugar à não-propriedade, ao "rico", ao "fazendeiro" que ele acredita não lhe oferecer possibilidades de aquisição de melhores terras, mas não capta o primordial sentido de sua subordinação: já não é mais senhor dos frutos de seu trabalho, condição essa que perdeu no mercado, porque já se transformou, tanto a si, como à sua produção, em mercadoria.

Assim, embuído de um sentimento de "trabalhar por conta", "*trabalhar pra gente mesmo*", que a propriedade da terra lhe outorga, objetivando a manutenção de seu nós coletivo, o camponês se sujeita ao trabalho assalariado nas usinas. Não dissocia a condição de expropriação dos frutos de seu trabalho impostas pelo mercado, de seu ideal de "trabalhador por conta", viabilizado pela propriedade da terra. Esse ideal o impede de se conscientizar de que a terra, nas condições em que é mantida e desejada, concorre para que se ratifiquem as exigências da reprodução capitalista, entre elas, a propriedade privada da terra, consoante se verifica em sua fala:

"De modo que nōs fizemos lã um negócio, comprei uma fazendinha pro meu cumpadre e ele vai tocando a vida dele. Eu comprei a fazendinha e passei a escritura; ainda tã no meu nome, mas eu tô com vontade de passar a escritura pra ele, pra o Seu Onofre sê fazendeiro da fazendinha dele."

"Se a Sra. não tem terra, num tem terreno então num tem nada. Eu acho que qualquer paragem que eu tiver no mundo, se eu tenho uma morada minha, tã paga e é minha e eu tenho com o que viver, eu estou bem daminha vida. Os que fã mora aqui, sō de empregado, não tão bem como nōs."

Os depoimentos abaixo evidenciam o fato de que ele deseja a terra, trabalha-a, mas não consegue fugir à pauperização progressiva:

"Eu tenho uma terrina lã, trabalho que nem o diabo. Mas tem uns fazendeiro lã que num movimenta nada, que num deixa os camarada plantã, que cerca as terras que nem são dele."

"Lã naquelas propriedade boa, eles num solta pra pobreza. Jã naqueles lugar que num dã cultura nenhuma, eles solta. Então quer dizer que o pobre sō vive na cumieira". [Risos].

"Esse ano foi um ano que deu quebra e nōs viemo porque temos precisão. Mas temos uma vida muito cansada de nōs deixã nossa família lã. E olha que faz oito ano que eu tô vindo pra cã."

O camponês-operário, pelo seu discurso, evidencia a noção de que "os fazendeiros" relutam em "soltar" as terras para os "empregados", e mesmo para os que a queiram explorar através do arrendamento ou parceria. Ademais, sabe que na região de origem ele não conseguiria desenvolver o seu projeto de auto-suficiência e de permanecer proprietário da terra pois: "eles querem que a pessoa fique a vida toda trabalhando pra eles ali, por michearia, né? Aqui nós rastela dinheiro".

Há que se considerar ainda, no que tange à sua concepção de trabalho, que o camponês o encara como uma atividade essencial, "pois tudo que faço na minha vida é trabalhar. Tanto pros filhos que são muito, como pra futura minha vida e da família. Tem também os momento que nós não trabalha, pra receber os amigo, pra farrear".

Além disso, "acontece que aqui nós tem mais liberdade, trabalhando pra nós mesmo; nós trabalha a hora que quer; já na usina não, nós tem que trabalhar a hora que mandar. O que mandar fazer nós faz, a hora que mandar, faz".

O trabalho do camponês pelo que se viu revestese de alguns significados importantes que devem ser desvendados. O seu "trabalho por conta", sua "liberdade", estão irremediavelmente subordinados ao capital, pois embora tenha essa concepção idealizada de "trabalho por conta", está cada vez sendo mais afastado da "liberdade" que ele

supõe possuir. Acha-se cada vez mais cingido pelo mundo da mercadoria, do sub-consumo e do sobre-trabalho. Apesar disso, a propriedade privada da terra faz parte integrante de seu projeto de autonomia, "de trabalhar por conta". Essa autonomia é construída em oposição à subordinação a um proprietário que a não-propriedade acarretaria, pois sabe que isto significaria sua "morte social", o fim de sua reprodução enquanto produtor de mercadoria: *"trabalho pra mim mesmo, pois se eu tenho moradia minha, tá paga e é minha e eu tenho com o que viver, eu estou bem da minha vida"*. A não propriedade significaria a migração definitiva, a perda de sua autonomia, de sua terra e ele iria *"ficar perambulando aí pelo mundo"*; transformar-se-ia em "empregado", numa classe social distinta da sua, expulso do campo e expropriado dos meios de produção.

Nesse passo, frequentemente diferencia-se do assalariado, avaliando a sua condição como precária e sombria: *"a vida de empregado é apertada. Ele trabalha, trabalha e não tem nada"*. Diferencia-se igualmente do parceiro e agregado pois *"quem trabalha nas terras dos ricos e fazendeiros, tá sempre perambulando por aí, né?"*

Por outro lado, a sua relação com o proprietário de terras se reveste da maior importância nesse contexto. Toda sua "desgraça", seu "fracasso", sua imensa "precisão"

são identificados como responsabilidade dos "ricos", "dos fazendeiros que não movimentam com nada, não dá terra pra quem quer trabalhar". Nesse momento, a sua maneira de ver o mundo adquire um sentido de concretude: reconhece-se como classe subalterna, explorada pelo mecanismo de distribuição de terras no Nordeste, comandado pelo fazendeiro, "in verbis":

"Tem um fazendeiro lá junto do rio; ele cercou uma base de 4 léguas e aquela terra não era toda dele, não, porque era de pobre também, né? Ele cercou desde a Fazenda Bandeira até a beira do rio Paraguaçu. E nunca mais quis pobre lá dentro do manguero dele. E até hoje ele mora lá e num cria nada".

'Terra boa num é pra nós plantar mamona, porque as vacas do seu fulano num pode morrê, comendo mamona".

"Lá tem os ricaço. Esses manda cercar tudo e se num cercar direito eles acaba com tudo que a gente tem. Antes era melhor. Deixava o animal sorto e ele ia de um lugar pro outro, livre que num tinha problema. Hoje se quizer ter criação o negro tem que cercar tudo. Se escapou um bicho, não tem perdão, os homem vem por cima. As veis, o negro tem que vende logo pros homem. Tudo por miséria".

"A pessoa sacrifica pra fazer uma roça e plantar com o maior sacrifício; passa fome, tem vez que chega dormi lá no cuidado dos bichos mesmo. A pessoa planta com o maior sacrifício; chegando a colheita os infeliz larga os canto de comer, chega lá, mete os peito no arame e pronto; entra lá dentro e come. No outro dia, o dono vai chegar lá e tá lá: dois, três garro-

tes numa roça; então ele e o capataz mete o pé atrás do dono da roça; ou o nego corre ou ele mata um."

"A coisa na Bahia é difícil pra gente vivê; se a gente tem uma coisinha lá e eles pudê tomã, eles toma. Os fazendeiro não é homem que ajuda a gente não."

"É que nem o menino falô aí. Rico não ajuda pobre não. A região que eu moro mesmo é da lavoura da cana, o produto dá rapadura e pinga, mas agora num pode mais fabricar o açúcar; é proibido, porque o negócio do açúcar é só negócio de quem tem usina e se você for fazer o açúcar particular você num pode porque tem que ter firma daquele açúcar. Daí o Instituto, abre processo contra o Sr. e murta. É que nem pinga. Onde eu moro também tem um pouco de alambique, mas quem tem alambique tem que pagar o Instituto. E eu não posso pagar o Instituto."

Observe-se que além dos conflitos pela posse de terra, o proprietário persegue o pequeno produtor que se dedica ao cultivo e fabricação de alguns bens, no caso a mamona, pinga, açúcar etc.

É a pressão da grande propriedade, a omissão e ação do Estado que inspiram e delineiam a consciência do produtor familiar e é contra o primeiro fundamentalmente que se dirigem os seus reclamos.

"E os fazendeiro num é homem de ajudã ninguém. Se ele vê um fraco com uma vaquinha, ele quer fazê jeito de tomã aquilo pela metade do preço. Se entra

uma cabra, um porco no manguero dele, ele já mata de cachorro, ou seja lá o que for, e joga n'água; o dono nem sabe. Lá o rico num quê bem os pobres não..."

Pesquisador: e esses açudes, adiantam alguma coisa para as plantações que o pessoal faz?

"Não adianta porque é tudo terra de rico e num vão dá pra gente fazê plantação. É tudo terra de rico, pra criar gado e fazer o seu bom sítio lá, pra dia de domingo ir lá com a família e ficar tomando cerveja. E nós fica lá ..."

Essa consciência de classe dominada e impotente para tomar qualquer medida capaz de livrá-la de tal situação, leva-a a evocar a presença do Estado como o derradeiro agente que poderá interferir a seu favor, para a solução dos problemas enfrentados na região de origem:

"Pra mim eu penso que o que tá acontecendo na Bahia é problema do governo, dos povos que estão no governo, que às vezes, não tem nenhum que puxe algum serviço, ou alguma gente do governo com alguma mentalidade que traga uma indústria pra Bahia."

"Agora se tivesse muita indústria igual tem aqui lá era melhor. Mas o caso é que num tem. Sô pode ser porque o governo num ajuda. Eu acho que se o governo quizesse, daria pra ajudá a dar terra e serviço pros pobre."

O peso legitimador que o Estado adquire pe-

rante ele vem reforçar a usual inversão feita pela ideologia capitalista de que o Estado representa os interesses comuns da sociedade. Aceitando-se como personagem secundário na História, homem *fraco e atrasado* incapaz de acumular algum dinheiro, a despeito do trabalho alienante a que se submete, o camponês espera ardentemente a ajuda do Estado, centrando suas reivindicações na distribuição de terras e criação de indústrias e serviços na Bahia. No entanto, como elas nunca acontecem, muitos deles costumam remeter essa impossibilidade "aos maus governos de nossos dias, que num tem nenhum que preste":

"O governo de lá não ajuda a pobreza; se deixar a terra nas mãos dos ricos eles num movimenta com nada. Precisava de um presidente que tomasse uma oportunidade dessa aí, de ver porque o prefeito num toma uma providência pra acabar com o atraso. Eles lembraram só de São Paulo. Abriram muita indústria, muito serviço em São Paulo e o resto dos estados ficou esquecido. Principalmente a Bahia que é o lugar que eu mais gosto da minha vida, ficou meio esquecida; agora parece que tão arrumando umas indústriazinhas lá, mas o salário é muito pouco. Precisa subir o salário lá. Ou então por indústrias em Itaberaba, abri mão dos que tem terra pra você trabalhar a vontade. Se os rico tem terra, o lugar bom, o lugar de plantã, eles planta capim. Deixe o governo na mão deles, não."

Essa atitude de personagem subalterno na estrutura social faz com que a figura do Estado, mais uma vez, seja evocada como a provável solucionadora de seus problemas,

referentes, por exemplo, ao funcionamento e construção de escolas, à assistência médico-hospitalar, previdenciária etc. O "governo", portanto, mostra-se como o único mediador capaz de diminuir as desigualdades em seu meio:

"Mas o Fundo rural lá num tá bem. Se eu tenho dinheiro eu pago a consulta, mas se eu sou pobre e levo a ficha ele deve entender que o governo paga pra ele, então eles deve dar atenção a todo mundo, quero dizer que eles deve dar mais atenção pros pobres, porque ele já está ganhando com aquilo".

"Eu mesmo fui lá; cheguei lá no INPS e o médico me deu as costas e eu disse: Doutor, eu preciso falar com a sua presença e não com as suas costas, então ele olhou pra mim, eu falava e ele não respondia. Digo: estou aqui porque preciso. Se eu pudesse pagar eu num vinha pedi, entendeu? E preciso avisar que eu pago o Fundo rural. É, lá num tá bem, não..."

Além do Estado, a Natureza, por vezes, apresenta-se como causadora de seu atraso:

"O que estraga a gente lá na Bahia não é a falta de vontade de trabalhar, não. É a falta de chuva também. Quando chega a época da gente ganhá a plantação, perde né? As vezes perde o feijão, o milho e o salário não tem."

"O que precisa é chuva pra tocá a plantação. Se perde ela perde tudo."

"Lá em Ipirã a produção é mais ou menos. Dá

pra tocar. Mas quando falta o bon tempo, quer dizer que enfraquece um pouco e num tem indústria."

A Natureza não surge como relação dos homens com o meio por eles trabalhado, porquanto se assim fora, também os ricos deveriam sofrer os seus efeitos, mas é antes representada como um poder separado, estranho, insondável e que comanda de fora as ações humanas.

A questão da autonomia do camponês ressurge na medida em que sabe que *"lã na Bahia nōs temos mais liberdade, a gente sabe que o dia é livre"* e que a não autonomia o deixaria impossibilitado de desenvolver seu processo de trabalho dentro da "liberdade" que marca sua vida na Bahia:

"Lã é mais fácil viver. Pra morrer de fome num morre; dã pra tocar; se quiser receber um amigo lã, recebe; lã tem mais união, tem mais amor. Lã na Bahia tem fartura."

Reverencia ainda constantemente, a sua condição de "liberdade", de "independência" e de "trabalhador por conta":

"Lã na Bahia a gente tem mais liberdade. Sabe que o dia é livre, pois trabalha a hora que quiser, nê? Então num tem problema nōs ananhecer num baile, o outro dia nōs vai dormir tranquilo". (Migrante de Iaçū, 7 viagens).

"Às vezes, a gente tem um sítio e fala assim:

eu vou faltar um dia, vou bater um papo com os amigos; a hora que chegar em casa, chegou, porque a gente trabalha por nossa conta".

A "liberdade", a "fartura" existentes na Bahia, frequentemente invocadas pelo camponês são, na verdade, possibilitadas pelo assalariamento temporário na usina. Ele então tem a "ilusão da propriedade", fato que o impede de transformar-se efetivamente em autônomo e capitalista; vale dizer: em desenvolver um projeto político capaz de reivindicar a terra de tal forma que lhe permita viver em estabilidade e suficiência enquanto proprietário:

"A gente vem pra São Paulo pra ganhar um dinheiro; vem por precisão forçada como eu mesmo, estou afastado de minha família aqui, porque tenho precisão".

"Nós lá tem terreno, temos casa, tem tudo lá; fazenda nossa lá, vaca nossa lá. Mas daí, eu peguei e vim pra São Paulo porque estava precisando, né?"

"Eu vim por esse modo, né? A Bahia lá pra nós era muito atrasada, nesse tempo, né? Então a turma começou a vim pra cá e eu com bastante filho prá tratar; falava que aqui era melhor, que ganhava mais e coisa, então me deu na cabeça de vir e eu vim..."

"Vim com um bocado de gente de lá; vieram uns 10 mais ou menos. Nós trabalhamos lá na Boa Vista onde está meu irmão e lá tem um tio meu com dois filhos e outros parentes que mora numa casa."

Há que salientar que o processo migratório se

processa sempre objetivando a preservação da autonomia, do "trabalho por conta", na consciência do camponês. A sua migração é ditada sempre pela necessidade de preservar esses "valores" e sua representação, dada pela "ilusão da propriedade". Levado por essa ilusão, que não o reproduz nem como capitalista e nem como um camponês autônomo em condições suficientes para reproduzir-se socialmente ele diz:

"Meu Deus, o que eu vou fazer ? Vou pra São Paulo, pra ver se nós adquire um dinheirinho pra viver com nossa família. Eu mesmo pensava assim de minha vida: Meu Deus, o que eu vou fazer com essa família, com 12 filhos pra dar conta. Então eu vim. Vim, viajei e fiquei em Minas, cortando madeira, fazendo telha, fazendo roça, pra poder vir pra São Paulo."

De tudo o que se expôs, infere-se que a luta incansável que o camponês vem travando ao longo de todos esses anos e que, via de regra, frutifica apenas na aparência e em sua imaginação, mostra-se cada vez mais difícil e desigual. A conclusão que salta aos olhos é a de que o pequeno produtor em estudo revelou não possuir independência econômica e política. Essa dependência que se agrava a partir dos anos 50, conduz a um processo de assalariamento cada vez maior do camponês. Esses fatos permitem supor que o espaço econômico que ele ocupa no interior do capitalismo é restrito e, consoante definiu WANDERLEY (1979, p. 75) é de tal ordem precário que as condições concretas de acesso à

terra (no caso através da propriedade jurídica) não liberam o produtor familiar de outras formas de vinculação com a grande propriedade, em particular através da venda temporária de força de trabalho. "Nesse sentido", diz ela, "a dupla referência de operário-camponês também é válida neste caso, mesmo quando se trata de proprietários jurídicos da terra".

Em rigor, a política agrícola para o pequeno produtor, ao que tudo indica, é uma política praticada no interesse do grande capital e seus aliados que objetiva — antes de manter e incentivar a pequena produção — inibir ou minimizar sua importância.

Embora a pequena produção aliada ao assalariamento sazonal do camponês-operário esteja, de algum modo, garantindo a sua subsistência, é preciso frisar que isso se faz "a custa de seu sangue" a fim de que ele possa manter "o trabalho por conta", subordinado que está ao capitalismo e ofuscado pela "ilusão da propriedade". Seu espaço nesse processo tem uma dimensão muito limitada e questionável, embora não se possa negar a continuidade dele no interior do capitalismo.

Assim é que, cumpre indagar: num contexto como esse em que o destino dos pequenos produtores resvala numa política de puro extermínio — pela lei ou pela violência — qual o futuro do camponês em estudo, levando-se em conta que,

de alguma forma, ele continua mantendo laços ideológicos com a terra e, em alguns casos, esteja conseguindo conservá-la? Pelo menos duas considerações iniciais podem ser feitas em relação ao seu futuro: em primeiro lugar, é possível que ele caminhe a passos largos para a proletarização sumária, já que depende cada vez mais do seu salário para se reproduzir socialmente. Isso significa que economicamente ele é mais operário do que camponês. No entanto, do ponto de vista ideológico, a "tradição camponesa" que acompanha os seus passos nesse ir e vir incessante, são de tal forma presentes em sua consciência que impedem-no de enxergar-se como mero operário do açúcar que está a defender a sua condição de proprietário. Em segundo lugar, o fato de não possuírem os camponeses um projeto político comum que os aglutine em torno da defesa de seus interesses, impede-os de levar adiante a luta pela "reivindicação do acesso à propriedade em condições de estabilidade e suficiência e (...) em última instância, a reivindicação dos frutos de seu trabalho" (WANDERLEY, 1979, p. 101).

5.3. O camponês-operário do açúcar

O segundo aspecto que se pretende abordar aqui diz respeito às contradições vividas pelo camponês en-

quanto assalariado do capital. Nesse sentido, toda sua luta gira em torno do seu salário, porque é dessa contingência que deverá retirar a certeza de preservar a sonhada autonomia. Abandona a sua região de origem acalentando uma esperança inabalável de ganhar os pacotes de dinheiro que afirmaram grassar em São Paulo:

"São Paulo? Lã nōs rastela dinheiro assim como nōs rastela aqui. Rastela com a mão."

"E então eu sonhava com esses pacotes de dinheiro, assim [faz um gesto com a mão]. E então eu vim, graças a Deus estou aqui."

Pesquisador: e deu pra ganhar os pacotes de dinheiro?

"Deu pra ganhar, sim senhor." (Turmeiro, 19 viagens, 68 anos, homem de confiança da usina).

Dessa forma, na esperança de libertar-se de uma situação de extrema penúria que o abatia na região de origem, por ocasião do início do processo migratório, o camponês vem para São Paulo com o propósito de melhorar suas condições financeiras:

"Esses anos tem sido ruim. Deu muita quebra. Nōs viemos pra aqui por decisão. Que adianta ganhar 40, 50 contos e perdê 100 com a seca? Desse jeito num vai pra frente, vai pra trás. É por isso que nōs vem. Pra adquirir alguma coisa, algum recurso. Deixa a família lã e vem."

Submete-se, destarte, já que não lhe resta qualquer outra forma de resistência, às exigências da produção açucareira, as quais, no período da safra, determinam uma aceleração desenfreada no processo de produção e, "ipso facto", do uso de mão-de-obra temporária. Essa intensificação, aliás, torna-se compatível com a necessidade de assalariamento sazonal do pequeno produtor. Entretanto, dada a premência da produção estabelecida pela agroindústria e o seu funcionamento ininterrupto, pode-se entender o grau de exploração a que está sujeito o camponês, exploração essa que decorre de vários fatores, dentre eles o baixo nível do salário pago pela usina, resultado de uma política de "arrocho salarial" posta em prática a partir dos anos 60, que impossibilitou o trabalhador assalariado de repor o "quantum" necessário à sua sobrevivência, sendo impelido a recorrer, frequentemente, à hora extra. O "arrocho" atingiu mais fortemente os operários sem qualificação.

Não é, pois, sem alentadas razões que constantemente reclamam das difíceis condições de trabalho na usina:

"Porque os baiano que vem pra aqui, tudo é empregado, num tem nenhum parado, né? Quando um tá queimando lata chega uns que sai às 6 da manhã, levanta as quatro; sai direto. Nem dorme. O ano inteiro".

Pesquisador: quantas horas vocês trabalham no serviço de carregador de fardos?

"12 horas. Agora quando tá chovendo é só 8 horas.

Num tem hora de almoço. Quer dizer que é hora direta, né? Quando para é pouco, 15, 20 minutos; a base é essa, direto."

Pesquisador: quantos anos o sr. está vindo pra cá?

"Oito anos que eu tô vindo pra cá. Seguidos. A gente faz essa vida porque precisa; agora num é boa vida não; é uma vida muito cansada; saí, deixei a família, num tem quem cozinha, quem lava, 8 anos, 8 meses, isso é um tipo de vida muito duro..."

"Aqui nós vem por causa do ganho. Nós não enfeitava serviço e precisa trabalhar 12 horas. Às vezes, 24 horas, na muda. Precisa ter um bom salário para mandar algum dinheirinho para casa. O serviço aumenta, mas o ganho também."

No que tange à sua permanência na usina cabe destacar a maneira pela qual o camponês-operário desenvolve suas relações com o "patrão", geralmente representado pelos seus prepostos. Nesse sentido, o seu relacionamento com os "chefes" é de reiterada obediência, na qual é notório o cumprimento irrestrito das ordens:

"Mesmo que o chefe seja assim... nervoso, a gente não escuta, deixa passar; mas tem pessoa que diz: Ah! eu num quero saber se ele é nervoso, se não é. Se vim reclamar com valentia eu respondo mesmo. E assim começa a discussão; é onde eu digo: o chefe é bom, precisa respeitá."

"Agora, tem umas pessoas que compreende a vida; então se o chefe vem com estupidez, ele suporta; vai procurar na realidade, sua razão."

Por outro lado, todos são cientes de que devem seguir os conselhos dos líderes dos grupos, "os turmeiros" que cumprem a especial missão de orientá-los na forma de executarem as ordens, de se comportarem no alojamento, nas cidades etc. E, via de regra, eles são obrigados a seguir à risca essas determinações, porque é dos "turmeiros" e do grau de subordinação à disciplina da empresa que depende sua próxima vinda para São Paulo. Aliás, o papel do "turmeiro" é de grande importância nesse processo:

"Aí chegou um tempo que eu quis me aposentá. Falei: dr. ... eu já tô velho, vô descansá e botá um candidato pra tomá conta disso aí. Ele disse: Não ... eu quero que você vem com o seu candidato, mas eu quero você, nem que não faça nada, eu quero você aqui dentro da usina; e eu tô aqui lutando com tudo que é pessoal e tudo me dá atenção, tudo. Parece até que eu sô o pai deles. Se eu dê um grito aqui ... E olha que é mais de 200".

Pesquisador: é verdade o que ele está falando?

"É verdade. É verdade".

Ademais, o fato de não possuir qualquer qualificação profissional faz com que se desdobre, além de suas forças, no cumprimento das tarefas que são, aliás, aceleradas

pela "urgência" da produção. Deve compensar em horas de trabalho e extrema sujeição, aquilo que não possui em termos de qualificação profissional, consoante se depreende de seu depoimento:

"Esses mais moço pode conseguir futuro melhor, mas nós num pode fazer nada pela usina. Nós sô pode ajudar, compreende? Tem mesmo que ganhar salário mínimo. Nós num tem profissão, não compreendemos nenhuma arte pra poder ficar em São Paulo, que é lugar de gente especializada. Nós sô sabe ajudar e trabalhar com a terra. Somos gente da roça."

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à sazonalidade do trabalho que marca as relações de produção dentro da empresa. Sob sua égide, o operário não se apercebe de que o trabalho sazonal, nas condições em que é exercido, revela-se para a usina como a garantia de uma parcela de trabalho sempre pronta a enfrentar a cadência desenfreada da safra, a ponto de o operário "não dar assistência; dar logo o sangue", conforme desabafou um dos migrantes.

Quando questionado sobre a sazonalidade, ele a referenda como algo natural, insondável, próprio do ciclo da cana, que ele não refuta; mesmo porque ela é útil a ele:

"Nós sô tem trabalho nas safras; nas paradas num tem serviço, por isso tem que ir embora; porque serviço é naquela época e acabou. As paradas atrapa-lha mas num tem jeito. Tem que parar."

"Na safra a gente faz pouco, ganha um dinheirinho, mas é pouco, né? Gasta muito aqui. E pra gente ficar aqui nas paradas, pra arrumã um servicinho, é sô na roça, mas é pouco; trabalhã na roça não dã. Então volta pra Bahia porque lã a gente vai fazer pra gente mesmo."

LOPES capta com muita precisão esse fenômeno de inversão: "Essa dilapidação da força de trabalho é justificada pela administração da usina através do 'âlibi' do regime de 'urgência' e 'emergência' com que essa grande indústria agrícola opera por força dos imperativos sazonais e de ligação direta com a 'natureza' que lhe dão especificidade. As longas jornadas de trabalho na usina, encontrando assim sua justificativa no caráter agrícola e portanto, de submissão a certos caprichos da 'natureza', legitimam-se nesse seu suposto 'caráter natural'" (1976, p. 208).

Tudo indica que a sazonalidade possa ser responsabilizada por um processo de "horizontalização" do emprego dentro da empresa. O camponês-operário é recrutado exatamente porque não possui especialização e mesmo que a tivesse, provavelmente não poderia exercitã-la sem comprometer, de alguma forma o que acredita ser o seu projeto de autonomia. Concretamente, apenas alguns poucos serventes assumem encargos mais elevados dentro da usina e, ainda assim, sob circunstâncias bastante peculiares.

A simbiose entre produção familiar e trabalho

sazonal nivela por baixo os migrantes na hierarquia existente dentro da fábrica de açúcar e somente em alguns casos possibilita a profissionalização de alguns camponeses: os que trabalham com máquinas que igualmente obedecem o "regime de urgência" da moagem como, por exemplo, a turbina. Existem, ainda, alguns chefes de turma, geralmente migrantes sazonais, ou pessoas radicadas aqui, que ascenderam a uma posição superior, mais por se constituírem em "conselheiros e orientadores" do grupo, do que pela especialização que eventualmente pudessem apresentar.

Desse modo, há uma espécie de "interesse mútuo", ainda que não identificado pelo camponês — imbuído que está em garantir o seu objetivo último de pequeno produtor — entre o capital e o trabalho sazonal, em que a ausência mesma da especialização é condição insita de sua contratação. Ou seja, se pretendesse alguma especialização não poderia ser absorvido pela usina pois, para tanto, deveria se submeter a uma trajetória social de mobilidade existente dentro da empresa que dependeria da presença do trabalhador sazonal. E, além disso, a especialização está relacionada com funções que demandam o trabalho permanente na empresa. A sazonalidade, por conseguinte — não seria absurdo concluir — determina também a impossibilidade de especialização do camponês e é provável até que contribua para desestimulá-lo nesse mister.

Por outro lado, um dos fatores a ser ressaltar-

do, gira em torno da intensa participação grupal que permeia a execução do trabalho temporário. Sua factibilidade encontra respaldo na solidariedade e na ajuda mútua, sentimentos esses que estão sempre a contribuir para a "adaptação" dos migrantes aos rigores da empresa. O sentimento da "nação baiana", as relações sociais grupais, a evocação das "festas", de suas "tradições", tudo isso passa a "suavizar" os conflitos e as tensões sociais que porventura possam surgir dentro da empresa. No momento em que se utiliza desses valores o camponês se compreende como um membro de um nós fortemente carregado de valores e relações do tipo comunitário." (IANNI, 1973, p.19).

No entanto, concretamente, essa solidariedade, por força mesma das condições econômicas em que se dá a sua expropriação vem sendo substituída lentamente pela "idealização" de um passado, povoado de valores e tradições que passam agora a servir um novo imperativo: a acumulação capitalista. Com efeito, quando esses laços de solidariedade ainda persistem, contribuem inadvertidamente para a viabilização do processo migratório, cujo objetivo último é adequar a mão-de obra camponesa às necessidades de acumulação no Sul. Por esse motivo o seu discurso aparece, por vezes, carregado de tradições:

"São João, a senhora chega na casa do amigo, mais sua família. Ele tá lá com uma mesinha forrada de comida, bolo, carnes, leiteoa, frango. Alí, todo mundo que chegã, come um pouco; depois vai em minha casa, nós co-

me e bebe e se tiver uma harmonia, nós dança..."

No entanto, mais adiante, é o próprio migrante quem acrescenta:

"Eu tô com 20 anos de viagem e sô passei 2 São João lá na Bahia. Mas São João é bacana".

Hã, ainda, outros depoimentos:

"De 1961 pra cá eu sô passei um São João na Bahia".

"Eu passei dois e passei doente".

"O carnaval é muito movimentado... mas é sô na cidade... tem carnaval de rua e tem sambão, trio-elétrico".

Mas é inegável que as festas ainda fazem parte integrante de seu universo ideológico, consoante se depreende de suas constantes evocações:

"Na minha região as festas é boa por causa da liberdade porque cada qual trabalhando no que é seu, cada um tem o que é seu".

"Sabe porque a turma gosta do Estado da Bahia ? Porque lá, às vezes, ele mora longe de mim, ele chega lá em casa, fica 2, 3 dias, sô assim, não paga nada. Chega aqui em São Paulo, fala: não rapaz, eu não

posso guentã você aqui; precisa ir trabalhar. Aqui compramos as coisas e as coisas aqui é muito cara. Sustentã um cavalo 2, 3 dias na casa não dã. Tem que mandã trabalhar mesmo [risos]."

Cumpre destacar que a hospitalidade é também um valor muito difundido e respeitado entre eles, e a impossibilidade de realizã-la aqui em São Paulo é sempre motivo de lamentação por parte dos mesmos, pondo ã mostra a contradição que cerca o seu vivido:

"É justamente porque a pessoa faz uma brincadeira, ele faz questã de fazê um almoço pra turma, pra haver satisfação, nê? Ele cria lã os porco que ele tem dele; o criatãrio é dele. Entã mata um carneiro; se ele tem 10 ou 20 carneiro, ele mata um. Dã aos amigos e o amigo brinca e vai embora. Depois outro dia, o amigo lã faz também uma brincadeira e convida ele; ele vai. Sempre vive assim, nê? Naquele espãrito de uniã de um para o outro."

Todavia, não se pode esquecer que, permeando o seu nõs ideolãgico, encontra-se sempre presente a determinação econãmica que o compeliu a buscar a complementação de sua renda, adquirida em maior proporção de seu salãrio, do que de sua produção, fato que leva a questionar a natureza e a manutenção dessa "fartura", se é verdadeiro que concretamente ela existe.

Alẽm disso, o processo migratãrio costuma ser

realizado em grupo, consoante se vê em seu discurso:

"Nós sempre vem em turma porque todo mundo é de uma parte só; então a gente está sempre viajando junto e o padre já tem a lotação completa e vai na rodoviária e diz: estou com tantas pessoas pra viajar e nós vem".

Pesquisador: vocês conhecem o Fulano ?

"Demaís. Ele contrata uma turma de lá da Bahia. Ele é contratado da firma Iracema".

Pesquisador: e o da São Martinho ?

"Todo ano ele traz bastante gente. Tudo em grupo; uns 200, 300".

Pesquisador: como é que ficam sabendo que tem serviço na Iracema ?

"O povo lá anunciava que tinha serviço e nós vinha. Tinha cunhado, uns tios meus, primo, tinha parente aqui, outros vindo. Eu também vim".

"Lá no Paraná é mais fácil pra achar serviço numa fazenda, mas não é fácil pra achar pros colegas; então aqui, quando estamos aqui em São Paulo, a gente pode visitar os colegas, quando não mora junto na usina mesmo. Fica melhor, né ? Fica melhor até para ter notícias da Bahia mesmo".

"Nós vem com os filhos. Eu mesmo vim com 2 filhos, um mais velho e um mais novo. Tenho alguns ani-

go aqui e tenho dois filho que já mora em Piracicaba".

O próprio processo migratório, se se leva em conta o desequilíbrio que a ausência do chefe pode causar na produção familiar, deve estar também contribuindo para ampliar as fissuras do rompimento de seu mundo familiar: "*pois lá ninguém quê que nós vem porque a gente lá é um pessoal combinado, sabe, lá tem muito amor, ninguém gosta que nós vem, mas tem que procurar o que precisa, né?*". MARTINEZ-ALIER (1977, p. 87) em recente pesquisa acentua que antigamente a família constituía a unidade produtiva e que todos os membros trabalhavam para o bem comum e sob a liderança de seu chefe. Era ele quem estabelecia o contrato com a fazenda, quem recebia os ganhos e os controlava. A sua ausência, portanto, deve estar corroborando para a perda progressiva desse equilíbrio anterior.

Mas é na confrontação com seus companheiros de trabalho, dentro da usina, que a ideologia capitalista consegue perpetrar sua inversão mais cruel e dolorosa, na medida em que se difunde toda uma concepção diferenciadora entre os operários da usina: a idéia da superioridade do trabalhador baiano sobre o paulista:

"Porque às vezes nós temos coragem de trabalhar mais que o pessoal paulista (risos dos demais). Pega mais pesado, pra onde mandã vai e faz. Já vi que o pessoal daqui é muito trabalhador, mas pra usina é mais

mole. Põe eles numa sacaria aĩ, 2 dias jã abre o bico, num gíenta. É por isso que eles prefere nōs, por causa disso. Porque o pessoal paulista sã um pessoal mais italiano, sã trabalhador e interesseiro. Trabalhador, mas no meio do serviço pesado assim, não vai não. E nōs não; pode ser uma boca quente, pode ser mais tarde... Eu num gosto de serviço pesado, se manerã a barra pra mĩm eu gosto, mas se eu num tenho recurso, onde mandã ir, eu vou."

"No bagacinho não tem nenhum paulista, sō baiano. Pois uns que vai lã, pãra uns dias e corre logo. Lã é sō baiano."

Pesquisador: e o serviço ẽ pesado?

"Pesado. Tem saco de 20, 30, 40... 60 quilos. Tem fardo que sai de lã e dois homem num pega: 80 quilos. Precisa de 2 pra pegã e um fĩca embaixo."

Pesquisador: quantas horas vocẽ trabalha no bagacinho?

"12 horas. Sō nesse serviço de carregar fardo ẽ 12 horas."

Pesquisador: e o que vocẽs acham do pessoal daqui de São Paulo?

"Sã muito bons, mas noto que — a gerência nunca falou pra mĩm — mas noto que eles gosta mais de tocã a usina com baiano do que com paulista."

Pesquisador: e os paulistas aglientam fazer o trabalho que vocẽs fazem?

"Alguns às vezes gntenta;outros às vezes,não, porque não gosta de perdê a noite, não gosta de perdê a noite no serviço pesado; às vezes acha que o serviço não está de acordo. E nōs não. Nōs não vem pra escolher serviço.E o paulista não quer saber disso.Passou das oito horas ele não quer saber de fazer às vezes minha. Aqui um sai,a gerência diz: ô Fulano,você pode ficar no lugar do colega? Muitas vezes eu fico,cansado,mas fico; o paulista não fica.Faz oito horas. Sō faz 12 horas na marra.O paulista diz: 8 horas dā pra mim ir pra casa e o baiano que faça hora pra mim lā, porque não vou ficar perdendo minha noite de sono".

O teor desses depoimentos,o qual é uma constante, possibilita uma série de conclusões no que tange à relação entre esses trabalhadores que, a rigor, se identificam pela função que executam no interior da empresa. Em primeiro lugar,a prática "separatista" referendada por todos dentro da usina, incluindo os chefes, oculta os objetivos do capital que,no afã de acelerar o processo produtivo, cria diferenças entre os que são iguais, opondo como concorrentes os que são portadores de uma mesma identidade.O capital atinge assim, o seu fim último de intensificar a produção e impedir que o contingente de operários se organize enquanto força que negue a sua.

Em segundo lugar, a necessidade premente de conseguir o máximo de dinheiro possível, os impede de perceber que os paulistas, concretamente, resistem à exploração a que

eles se submetem, lutando por alguns de seus direitos, rebelando-se contra as imposições da usina.

Aliás, é possível que a animosidade demonstrada pelos paulistas em relação aos baianos seja resultante da atitude passiva dos migrantes que dificultam a atuação dos primeiros, em torno de sua luta política por melhores condições de vida na usina. Outro fator que pode estar criando essa desavença entre ambos é a ferrenha disputa pelas vagas disponíveis.

No entanto, o que deve estar primordialmente conduzindo a essa prática separatista é o fato de que o camponês está lutando exatamente para não perder aquela que considera sua condição de classe proprietária, o que o conduziria à mera condição de assalariado, à morte social. O assalariamento é sentido e vivido pelos pequenos lavradores como uma verdadeira prisão:

"Lá quem quẽ trabalhã, trabalha. Justamente cada qual tã no que ẽ seu, tem sua vida livre, trabalha o dia que ele acha que deve trabalhã. Já empregado num ẽ assim. Se não trabalhõ o patrão logo pergunta: o que houve? Adoeceu? Tã doente? Não tem esse negócio de licença pra descansã, não. Sõ quando recebe fêrias, do contrário..."

Na verdade, o fantasma da expropriação é que o impele a vivificar essa resistência ao assalariamento puro

e simples. Por isso se submete a essa prática alternativa de trabalho e apesar de o assalariamento ser um recurso indispensável ao camponês, é constantemente minimizado por ele, que reluta sistematicamente em aceitar sua condição de assalariado.

Teme ainda a transformação de sua família em contingente de assalariados "entrando no ciclo infernal de miséria, insegurança e sofrimento que o assalariamento tem representado para o homem do campo brasileiro, nos últimos anos (ABRAMOVAY, 1979, p. 59).

Por esse motivo é que, em sua fala, raramente admite que os que se radicaram aqui em São Paulo se encontrem em melhor situação do que os que enfrentam o processo de migração sazonal. É provável que a hostilidade que os separa de seus companheiros de trabalho, a sua constante referência à Bahia como "*o lugar que mais gosto desse mundo*", como "*seu lugar*", "*a nação baiana*", reflita ao nível ideológico, uma resistência à perda de sua condição de classe. Os depoimentos que seguem demonstram muito bem a valorização de seu local de origem por oposição ao de destino:

"Bom, a vida lá é melhor, porque lá a gente vive folgado; folgado quer dizer que não se paga aluguel, esse negócio de água e luz; ninguém tem desse caso, não; lá, nós tem nossa terrinha lá, vive por nossa conta, trabalha pra nós mesmo."

"Os que tão aqui, tão pior que nãos. Muitos tãos. A família vai aumentando, aluguel de casa, escola, filho, uma coisa e outra, chega no fim do mês é aquilo mesmo... e quem vem e deixa a família lá, pelo menos tem o que é seu, tem onde morar, tem uma plantação, o que comer e com a ajuda do dinheiro daqui dá pra comprar o pouco que precisa."

"Se na Bahia corresse igualmente como corre aqui sobre salário, se o governo de lá protegesse a gente igualmente o daqui protege, eu ficava logo lá, porque lá é melhor do que aqui; lá não é essa vida dura, com essa disciplina que num tem fim."

O que está em jogo nesse deslocamento intermitente não é a mera recusa de aceitar a região de destino mas a luta para manutenção de sua posição na escala social que o ideal de propriedade lhe outorga.

No entanto, em alguns momentos de seu contraditório discurso, a visão de classe subordinada fala mais alto do que a de classe proprietária e ele se imagina tal como um "intruso" na estrutura social de destino. Pensa-se como o mais inferiorizado de todos os demais trabalhadores, ratificando o estereótipo capitalista que sobre ele se formou, porque "o homem que vem da roça" não conhece nenhuma "arte" urbana que considera privilégio dos "paulista mais avançado" embora "menos trabalhadores".

Se num primeiro momento, julga-se "o mais in-

teligente e o mais forte, que não deu assistência, deu logo o sangue", de cujo potencial a usina não pode prescindir; num segundo momento, aceita sua inferioridade frente à especialização do paulista, à qual tenta responder com o trabalho sempre redobrado e incansável:

"Mineiro: aqui em Araras, se faltã um baiano, se faltã um baiano aqui, isto aqui na época da safra, usina nenhuma, Usina Palmeiras, Usina São João, Santa Lúcia, funciona. Eles para. Nenhuma delas mōi. Porque a maior força que tem aqui em Araras é baiano, porque o baiano, a Senhora manda ele na cavadeira, ele vai; na picareta, ele vai; no concreto, ele vai. Ele enfrenta qualquer coisa. Desculpe eu dizê. A senhora manda um paulista peitã isso aĩ, ele não peita, ele não topa".

"Baiano: Mas tã certo. Sabe por que? É porque eles ocupa um meio melhor, especial, industrializado e eles procura especializar. Eu concordo com eles. Sabe por que acontece isso? Porque você estã dizendo, 98% dos nordestinos, não é sō baiano, mas nordestino de um modo geral, ele não é profissional, porque ele ocupa totalmente um meio da lavoura, serviço diarista em fazenda, porque o meio industrial lã é pequeno, quase não existe podemos dizer. Então esse homem não pode visar uma profissão; é muito impossível, nê? E aqui em São Paulo ele tem que ser profissional, porque ele se dedica mesmo a ser empregado é dentro da indústria e ali ele tem que aprender alguma coisa".

Pesquisador: quem não sabe, serviço mais pesado?

"Certo."

Existem ainda outras referências sobre a animosidade que os separa:

"Eu fico aqui, faço a safra e volto pra tras. Mas quando chega um baiano, nego diz: *ê* baiano. Baiano foi nascido de um coco, num *ê* interessado. Se paulista daqui for na Bahia, nenhum baiano vai dizer que paulista nasceu num *pê* de cana. O baiano vem aqui, o paulista num sarva [cumprimenta]. O sujeito passa duro. Porque baiano nasceu do coco."

Essa aparente diferença, incentivada por todos, *ê* particularmente benêfica ao capital e foi muito bem definida por um dos migrantes mais idosos:

"Os ricos daqui num ajuda ningu *em*. Nem baiano e nem os paulista. Ele ajuda se você puder trabalhar, ajuda um pouco. A diferença de rico daqui com rico da Bahia *ê* que n^{os} chega aqui, procura uma pensão e vai trabalhar, chega na firma e trabalha. Eles gosta mas num *ê* de n^{ois}, *ê* de nosso serviço. Agora, se chegar na firma, pede serviço e senta, aquele não presta, seja quem for, pode mandar embora logo hoje".

Essa distinção que o camponês-operário faz entre "paulistas" e "baianos", dificulta sobremaneira a organização política do operário do açúcar enquanto classe, pois no que respeita ao camponês-operário, sua visão de mundo que valoriza constantemente a "liberdade" que possui em relação ao "cativeiro" da usina o impede de ver as condições reais

de sua expropriação.

Por outro lado, a versão que os paulistas apresentam sobre os baianos é construída com base nos valores expressos por estes últimos e evidenciam os conflitos que se estabelecem entre os trabalhadores dentro da usina. Dizem os paulistas:

"Os baianos fala que são tudo rico, que tem terra lá na Bahia e vive com muito conforto. Eles vive falando isso aqui, bate no peito e diz que tá muito bem lá. Sô que nóis num sabe como é, pois nóis nunca vimos nada. Sô vemos eles trabalhã".

"É, aqui se eles quisê trabalhar tem que pegã os serviços pesado, que nóis paulista num fazemos esse trabalho, pois nóis tem especialização, alguma melhoria na vida".

"Se quisê trabalhã no pesado é sô chamar baiano, porque daí quero vê onde tá a riqueza dele, as terra dele. Quero vê ele cantã grosso".

"Os baiano faz tudo o que o chefe manda; não falta nunca, mas também se faltã qualquê um — baiano ou paulista — perde o emprego. Aí nun tem diferença não. Mas a gente sô quê mesmo as 8 horas. Deixa as 12 horas pro ricão..."

Percebe-se por esses depoimentos a nítida distinção que se processa entre os trabalhadores, e que sobressai de seu contraditório discurso. Embora não se trate de

classes antagônicas, a concepção idealizada do trabalho por conta e a ilusão de propriedade podem, por vezes, colocar em oposição esses dois setores da força de trabalho.

Por tudo o que foi visto e que de maneira alguma esgota o âmbito do assunto ora enfocado, pode-se concluir que a "ilusão da propriedade"^{1,1} o "trabalho por conta", a "liberdade de trabalhar pra si mesmo", ajudam a alimentar no camponês-operário sua concepção de pequeno proprietário, e impedem-no de dar-se conta de que não é substancialmente diferente do operário de usina.

Ademais, esses "valores", a representação ideológica que faz de sua existência, o coloca em oposição aos "paulistas", pois o seu grande temor é sua proletarização sumária, condição essa em que os paulistas se encontram. Por isso, tentam sempre opor ao seu trabalho na usina, a sua condição de proprietário e autonomia: *"Eu pelo menos nunca trabalhei de empregado na Bahia; lá nós trabalha pra nós mesmo, num precisa dar satisfação pra ninguém, que nem é aqui, que o que mandar fazer nós faz"*.

A "disciplina" que salienta existir na usina também está sempre colocada em seu discurso em oposição "a liberdade" que desfruta em sua terra natal e essa dicotomia se revela igualmente como uma forma de manter-se enquanto um trabalhador diferenciado dos "paulistas":

"Aqui na usina, o nego tem que peitã tudo; o trabalho que mandar fazer, tem que fazer; é diferente da Ba-

hã onde nã tem mais liberdade".

O mesmo pode ser dito em relaçaõ às "festas", à "uniã", aos amigos que possui na Bahia em oposiçaõ à frieza dos trabalhadores paulistas: *"a gente vive folgado, nas festas, que sã boas"*.

Por traz de todas essas oposições estã o seu desejo de estabilidade e suficiênciã para que possa preservar-se e à sua família. A prõpria migraçaõ se constitui em mecanismo que o camponês desenvolve para garantir esse ideal. Nã se apercebe com isso que nã difere substancialmente dos "paulistas" (pois que depende de seu salãrio para garantir a sobrevivênciã social) e também nã consegue estabelecer um projeto polĩtico que o conduza a nĩveis mais desejãveis de estabilidade econõmica.

No que diz respeito à sua dupla condiçaõ de classe econõmica e classe ideolõgica, mister se faz ressaltar: na condiçaõ de camponês encontra-se apenas ideologicamente vinculado à terra e, por vezes, esse vĩnculo nã representa mais do que a idealizaçaõ de seu passado. Enquanto operãrio, por força de seus laços ideolõgicos e sua condiçaõ "especial" de proprietãrio dos meios de produçaõ e, "ipso facto", distinto do proletãrio "stricto sensu", o camponês nã compõe o seu nã ideolõgico com os demais trabalhadores, (o mesmo ocorrendo com os paulistas), o que dificulta essencialmente a sua definiçaõ como classe polĩtica.

6. CONCLUSÕES

"Esses rapazes tão como a mãe de São Pedro, nem no céu, nem na terra". (Irmão de um migrante sazonal radicado em São Paulo, referindo-se ao retorno do irmão e outros companheiros)

Não foi sem consubstanciadas razões que a epígrafe acima buscou definir as condições de vida do camponês-operário do açúcar. Produto do desenvolvimento particularmente desigual das forças produtivas no Brasil, esse migrante sazonal, incapaz de se reproduzir socialmente na região de origem e premido pelas condições de estagnação econômica da Bahia, vê-se compelido a migrar para São Paulo, graças ao processo de aceleração industrial que o Centro-Sul sofre, a partir dos anos 50. O assalariamento temporário que acompanhou a sazonalidade da produção açucareira coaduna-se, pois, com as condições de sub-remuneração do trabalho nas unidades de produção familiar da Bahia, consoante foi aventado nas hipóteses iniciais.

A criação dessa modalidade "sui-generis" de

trabalho expressa a forma contraditória que o desenvolvimento do capitalismo assume no campo, através do processo de mudança que GRAZIANO DA SILVA e outros qualificam de "modernização conservadora". A desigualdade econômica e financeira, o desemprego, a sub-remuneração do trabalho, para eles ainda mais acentuada que no Sul, são os fatores que induzem o camponês à migração e é nesse sentido que ela deve ser encarada: como um processo que possibilita o aproveitamento no Sul da mão-de-obra subocupada no Nordeste.

A análise da prática econômica do camponês, a partir da dupla exploração que sofre — tanto na origem, como no destino — permite compreender de que forma o capital se apropria do sobre-trabalho desse migrante, além de oferecer diretrizes para o entendimento de sua organização política e seu referencial ideológico.

Do ponto de vista do enfrentamento de classes, há que se destacar as relações entre o migrante com o grande capital, o capital usurário e comercial, com a grande propriedade, o Estado, seus chefes e seus iguais — os "paulistas".

Ao contrário do que pensam muitos autores, conforme se viu, o capital não é incompatível com a pequena propriedade. A luta do capital contra os migrantes não signifi-

ca que ele não possa conviver com a pequena unidade de produção, e que dependeria inevitavelmente da extinção desta para se reproduzir. Este estudo, na verdade, demonstra, em muitos aspectos, que essa proposição não é correta. Em rigor, a classe camponesa representa um elemento da constituição do capital e ocupa um espaço, ainda que limitado, de sua reprodução.

Verificou-se, também, que a presença da grande propriedade, cujo poder se faz sentir no cotidiano do camponês e contra o qual ele não possui meios de enfrentar, constitui um entrave, porém não o único, à reprodução deste. A impossibilidade de o migrante expandir suas terras decorre não apenas da falta de condições financeiras, mas também de prática muito comum na Bahia: grandes extensões de terra não são ocupadas produtivamente, mas simplesmente deixadas à espera da elevação de seus preços, como "reserva de valor".

Além disso, as condições ambientais da região são particularmente adversas, o que somado à incapacidade financeira e "ipso facto" técnica do pequeno produtor, agravam-lhe a já precária situação em que se encontra.

O discurso do camponês-operário revelou também o papel que o Estado cumpre nesse contexto: aparece como um agente viabilizador da dupla exploração a que está

submetido o camponês, que disso não se apercebe e, ainda, agindo, por meio da lei ou da violência, contra um amplo setor da classe camponesa, dificultando-lhe a sobrevivência e contribuindo para acelerar o processo de expropriação.

A análise confirmou também a proposição inicial de que o camponês-operário resiste à migração definitiva, porquanto ela representaria a perda virtual de sua condição de classe, pois ele sabe que quem migra morre, isto é, morre enquanto classe e passa para outra vida, para o "cativo do assalariamento", *"do céu para o inferno"*.

Aliás, cabe ressaltar que a sua "tradição camponesa", o seu "trabalho por conta" e a ilusória liberdade, valores vinculados à sua condição de classe, constituem impedimentos à sua identificação política com os assalariados do açúcar — os "paulistas". Por vezes, tais valores o estimulam a enxergar-se como "superior" a estes. Por outro lado, essa visão idealizada serviu para que se transformasse em trabalhador altamente explorado pelo capital dentro da usina, à medida que a manutenção de sua mera condição de proprietário jurídico da terra, obrigava-o a se submeter quase que de forma absoluta aos desígnios da empresa.

A segmentação política da força de trabalho provocada pela sua visão de mundo, é alimentada pela usina como forma de manter e prolongar ao máximo a dominação que

exerce sobre a classe operária, no que é, aliás, auxiliada pelos turmeiros-migrantes.

Na verdade, o que ele busca é armar-se de uma via de resistência que possa legitimá-lo como proprietário jurídico da terra, diante das condições de dominação a que se encontra subjugado — embora o faça evocando a sua independência. Por outro lado, recusa-se a ser reduzido à mera condição de assalariado.

Cabe destacar ainda que as reivindicações desse camponês-operário não residem simplesmente na luta por mais terras. Elas envolvem claramente um desejo por melhores condições de vida e de trabalho, provenham elas da terra ou do esforço em seu labor. O fundamental é que ele possa obter com isso "os frutos de seu trabalho", os resultados de sua produção, aspiração essa todavia que não consegue realizar.

E um dos motivos dessa incapacidade consiste no estágio em que se encontra a sua organização política, a única que poderia outorgar-lhe os benefícios requeridos. A recusa de aceitar o assalariamento definitivo, a imagem idealizada de uma vida de liberdade, a "ilusão de propriedade" impedem-no de se definir politicamente enquanto classe, na luta pelos seus direitos. E essa é a única via que possibilitará alguma mudança.

7. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O sistema de incentivos fiscais conhecido como 34/18, sob cuja égide vem se realizando o programa não-programado de industrialização do Nordeste, não pode ser entendido senão como um momento do processo de acumulação de capital no Brasil, um momento da expansão das estruturas monopolísticas que controlam hoje a maior parte da produção material do Brasil. Sendo uma dedução do Imposto de Renda, sua regra de ouro é, portanto, a de que quem lucra mais, deduz mais e investe mais no Nordeste. Ora, quem lucra mais são as grandes empresas, portanto, quem deduz mais e investe mais são também as grandes empresas, nacionais e internacionais, com atividade no Brasil. Seu primeiro resultado foi, pois, o de levar para o Nordeste os grandes grupos nacionais e internacionais. A burguesia nordestina que havia açulado a utilização dos incentivos, foi afogada pelo mesmo mecanismo que ajudou a criar. (OLIVEIRA, 1976, p. 35)
2. "Apenas para complementar os dados atinentes a estrutura agrária da Bahia, detalhando-os em estratos menores de área, temos que ela se caracteriza pela predominância de

pequenos estabelecimentos (propriedades ou não), com áreas abaixo de 50 ha, estabelecimentos estes que representam mais de 85% das unidades produtivas, ocupando 21,9% da área recenseada (1970).

Os grandes estabelecimentos (1.000 a mais hectares), representam 0,4 dos estabelecimentos e compreendem 22% da área. Observe-se que o número de pequenos estabelecimentos foi o que mais aumentou, registrando um aumento de 286.011 novos estabelecimentos. Desse total, 65,3% tinham menos de 10 ha e 24%, de 10 a menos de 50 ha". (ANÁLISE GLOBAL DA ECONOMIA BAIANA, 1972, p. 133).

Em termos da produção agrária, os municípios de Itaberaba, Iaçú e Livramento do Brumado dedicam-se à produção de mandioca, feijão, mamona, milho e fumo e algodão apenas no último município. São municípios que se dedicam quase que exclusivamente à agricultura e pecuária. Não possuem, ademais, expressão agrícola no total da produção do Estado, tratando-se, portanto, de região estagnada.

3. Além disso, sobre a utilização da terra em âmbito estadual, em 1960, 71,80% das terras de menor dimensão (0-50 ha) eram exploradas, enquanto que no extrato de maior dimensão (1.000 a 10.000 ha e acima de 10.000 ha, 80,1% dessas terras eram inexploradas. Seria interessante verificar até que ponto tais terras podem estar sendo objeto de reserva

de valor.

Os pequenos estabelecimentos mostraram também uma utilização maior de sua área com lavoura, enquanto que os grandes estabelecimentos apresentaram grandes extensões sem qualquer aproveitamento e na parte utilizada, uma proporção maior ocupada com gado (RIBEIRO, 1979, p. 63).

4. "Os proprietários minifundistas representam um contingente de cerca de 4 milhões de pessoas ativas, ou seja, mais de 25% da força de trabalho ocupada em caráter "permanente" na agricultura brasileira. *Grosso modo*, os proprietários minifundistas têm duas características marcantes:

- possuem uma *propriedade menor do que o módulo rural*, definido como a área que, "direta ou pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhada com a ajuda de terceiros" (Estatuto da terra, Lei 4.504, de 30/11/1964, art. 4º). Em resumo, *são pequenos proprietários pobres*, com um valor bruto da sua produção equivalente à quantia de um ou no máximo, dois salários mínimos." (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 73-4).

5. Sobre a ocupação de pessoal em 1970, 44,6% se encontrava ocupado em estabelecimentos de menos de 10 ha e 32,5% nos

10 a menos de 50 ha. Entre 1950 e 1970 o pessoal ocupado no setor primário no Estado da Bahia apresentou um acréscimo de 932.143 indivíduos. (Censos de 1950 e 1970).

6. Lei de terras: Lei de nº 601, de 18 de setembro de 1850 que dispôs "sobre terras devolutas no Império; e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimentos das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso (pelo pagamento em dinheiro) e assim para empresas particulares, como para estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara." Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que estabeleceu as normas sobre a repartição, medição e venda das terras públicas, bem como da revalidação e legitimação das posses pré-existentes. Veja-se as considerações do INCRA (1978).

7. "Excedente": termo usado, a exemplo do que fez GRAZIANO DA SILVA (1981), entre aspas para evitar a falsa impressão de que a parcela que é comercializada pelo pequeno produtor é o que sobra do consumo familiar. Longe disso, esse "excedente" é obtido exatamente às custas da redução do consumo da família e da extensão da jornada de trabalho de seus membros.

8. "Licuri": a coleta do licuri parece ser atualmente realizada em maior proporção pelas mulheres, apesar de haver referências à sua realização pelos assalariados rurais. É obtido através da raspa da palha do licuri, da qual extraem um pó que é vendido para a utilização na produção de graxas, sabonetes etc. Três litros de pó perfazem 1 kg, o que valia em 1973 a quantia de Cr\$ 1,00. Presentemente, não se pôde averiguar o seu preço.
9. Modernização conservadora, segundo a definição de GRAZIANO DA SILVA diz respeito à modernização que se processou na agricultura, em especial no Centro-Sul, caracterizada pelo fato de que o grande capital se desenvolveu, aliando-se ao latifúndio, sob a égide do Estado. E é por isso que sobressai ainda hoje, na agricultura brasileira, a dominação do velho capital comercial e usurário ao lado do moderno capital financeiro, reproduzindo também este, muitas vezes, formas arcaicas de relações de trabalho.
10. Data dessa época a alteração no contrato de trabalho por tempo determinado permitindo que o mesmo seja utilizado no caso de se tratar de "atividades empresariais de caráter transitório" (art. 443, § 2º, "b" - CLT, alterado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28/2/67). Esse dispositivo impede que haja demandas judiciais dos safristas reivindicando a transformação do contrato por tempo determinado (temporário) em indeterminado (permanente).

11 . MARX (1975, p. 107) diz textualmente: "o mercador compra o seu trabalho e arrebatá-lhes, primeiramente, sua propriedade dos instrumentos de trabalho, a menos que lhes permita a ilusão da propriedade para reduzir seus custos de produção."

8. BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDRADE, M.C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1962, 251p.

ABRAMOVAY, R. Lutas Sociais no Campo. *Ensaíos. OPINIÃO* 11. Rio de Janeiro, 1977, p.57-62.

BRANT, V.C. Do Colono ao Bôia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta-Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, 19. São Paulo, 1977, p.37-92.

CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971, 284p.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. DIFEL, 1977, 317p.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo Tardio*. Campinas, (Doutorado - Universidade Estadual de Campinas).

CASTRO, A.B. *7 Ensaíos Sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1969, 191p.

CHAUÍ, M. *O que é Ideologia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, 135p.

D'INCAO e MELLO, M.C. "*O Bóia-Fria*": *Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, 154p.

DURHAM, E. *Cultura e Ideologia*. São Paulo. Mimeografado. Universidade Estadual de São Paulo.

FERRANTE, V.L.S.B. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural. Ideologia e Realidade. *Revista Perspectiva*. Araraquara (1): 189-206.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, 289p.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Análise Global da Economia Baiana: Diagnóstico*. Salvador, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. CPE, 761p.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. A pequena produção e as Transformações da Agricultura Brasileira. *Cadernos CEAS*. Salvador, 1980 (69): 56-67.

GRAZIANO DA SILVA, J.F., coord. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo. Editora HUCITEC, 1978, 267p.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo. Editora HUCITEC, 1981, 210 p.

HOFFMANN, R. A Concentração da Posse da Terra no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. 1979 (7): 207-222.

IANNI, O. Relações de Produção e Proletariado Rural. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O., org. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1973, p.184-198.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, 316p.

IANNI, O. *A Classe Operária vai ao Campo*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1976, *Cadernos CEBRAP* (24): 64.

JOLLIVET, M. *Société Rurales et Classes Sociales. L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*. Armand Colin, Paris, 1972.

KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Porto. Ed. Portucalense.
1972, 2v.

LENIN. *La Question Agraire et les Critiques de Marx*.
Moscou. Progrès. 1975, 216p.

LOPES; J.S.L. *O Vapor do Diabo*. O Trabalho dos Operários
do Açúcar. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
220p.

LOUREIRO, M.R.G. *Parceria e Capitalismo*. São Paulo, Zahar,
1977, 135p.

MARTINEZ - ALIER, V. As Mulheres do Caminhão de Turma. In:
PINSKY, J. *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Ed.
HUCITEC, 1977, p.69-100.

MARTINS, J.S. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Ciências
Humanas, 1979, 157p.

MARTINS, J.S. *Viola Quebrada*. *Revista Debate e Crítica*.
São Paulo, Ed. HUCITEC, 1974 (4).

MARX, K. *GRUNDRISSE*. Foundations of the Critique of
Political Economy. s.l., Penguin Books, p.899.

MARX, K. *Capítulo Inédito D'O Capital*. Porto, Publicações Escorpião, 1975, 152p.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Grijalbo, 1976, 185p.

MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 3v.

OLIVEIRA, F. *Nordeste: As Equações da Miséria e da Grandeza*. Cadernos de Debate. São Paulo, Editora Brasiliense, 1976, nº 3, p. 34-37.

OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: Crítica da Razão dualista*. Estudos CEBRAP 2. São Paulo, 1972.

PAIVA, R.M. et alii. *Setor Agrícola do Brasil. Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades*. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1973, 456p.

PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme: Lecture Critique d'un Débat*. Paris, 1971. Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, 168p.

RIBEIRO, M.J.F.A. *"O Queima-Lata"*, Migração sazonal nas Usinas Açucareiras Paulistas. Piracicaba, 1971, 108 p. (Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/USP)

SÃ JÚNIOR, F. O Desenvolvimento da Agricultura Nodestina e a Função das Atividades de Subsistência. *Estudos CE-BRAP*, 3. São Paulo, 1973, p. 87 - 148.

SANTOS, J.V.T. *Os Colonos do Vinho*. Ed. HUCITEC, 1978, 182p.

SIGAUD, L.M. A Questão dos Homens. Rio de Janeiro, 1971. (mimeo) 139p. (Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro).

SIGAUD, L.M. Os Clandestinos e o Direito. São Paulo, 1977. 277p. (Doutoramento - DCS-FFCH. Universidade Estadual de São Paulo).

SILVA, L.A.M. Notas Sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais. In: Equipe de Antropologia Social do Museu Nacional. *Mudança Social no Nordeste*. A reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979. Vol. 5, p. 175 - 195.

SILVA, S. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, J. *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1977. p. 1-16.

WANDERLEY, M.N.B. O Camponês, Um Trabalhador para o Capital. Campinas, 1979. 113p. (Versão Preliminar, Grupo

de Estudos Agrários - Universidade Estadual de Campinas).

WANDERLEY, M.N.B. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. *Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1979. p.15-40.